

SUMÁRIO

ARTIGO



ENI DE MESQUITA SAMARA "Assim, a FFLCH não apenas presta uma homenagem as nossas professoras e alunas, mas especialmente busca despertar o interesse por esse campo de pesquisa, abrindo também a discussão sobre as relações de gênero na vida acadêmica e o acesso das mulheres nos seus mais diferentes níveis." página 3

ENTREVISTAS



MIRIAM KRASILCHIK "Eu acho que a única mulher eleita para um cargo de liderança da universidade fui eu, porque mesmo as pró-reitoras são indicadas. Eu acho que há vários fatores a serem vistos: primeiro, é a própria organização da universidade." página 5



MARILENA CHAUI "Mas eu tive o privilégio de pertencer à geração de 1968 e, portanto, pertencço à época em que na Europa e nos Estados Unidos travam-se as lutas pelos direitos civis, pelos direitos da mulher, espalhando-se por todo o mundo" página 7



CLÁUDIA COSTIN "Digamos que ela é uma jovem senhora. Setenta anos é uma idade em que normalmente as pessoas estão pensando em descansar, mas a USP não pára nunca. Ela está na idade da sabedoria, e está sempre se reciclando, sempre se interrogando. Eu acho que é isso que mantém a USP viva." página 11

ESPAÇO MEMÓRIA



EMÍLIA VIOTTI DA COSTA "Eu pertencço a uma geração que foi criada durante o período Vargas, que abrange toda minha infância e parte da minha adolescência. É preciso entender quais eram os parâmetros políticos que as pessoas tinham naquela época. Primeiro, um grande número de pessoas achava que ditadura era muito ruim, e a maioria tinha uma posição democrática.

Havia, no entanto, grande interesse pelas sociedades socialistas e pelo processo de desenvolvimento brasileiro." página 12



LEYLA PERRONE-MOISÉS "A Faculdade era relativamente calma na década de 50, os chamados 'anos dourados' da sociedade brasileira. Nossas manifestações eram pacíficas e centradas nos problemas da Faculdade, como a questão da autonomia universitária." página 15

MARIA ISAUARA PEREIRA DE QUEIROZ "Na década de 60, a Faculdade de Filosofia, que há muito tempo deixara o arvoredo da Praça da República pelo bulício da rua Maria Antônia, se deparava com nova crise, totalmente oposta à das primeiras décadas de sua existência: não precisava mais lutar para conseguir alunos, a luta era agora para ampliar as vagas. Sua primeira iniciativa foi a abertura do curso noturno, que no entanto não foi adotado por todas as faculdades; a de Filosofia, Ciências e Letras foi uma das que o implantou. Seguindo sempre o rumo de limitar os gastos, os professores existentes foram encarregados de ambos os períodos." página 17

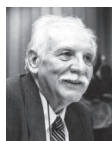


PAULA BEIGUELMAN "A Faculdade da Maria Antônia, da qual todos falam com carinho, era um núcleo de muita efervescência intelectual e política, como é sabido. Quanto a mim, minha carreira profissional universitária decorreu em essência toda lá; ou quase toda, se considerarmos um ou outro curso assistido na Escola de Sociologia e Política." página 19

RIFKA BERESIN "O Governador naquela época era o Paulo Maluf e a Universidade tinha um número muito grande de problemas. A greve foi capitaneada pela Faculdade de Filosofia e pela Adusp, nós consideramos essa greve um marco histórico, porque a partir dela houve também discussões sobre reformulação curricular e divisão da Faculdade." página 21

Seção de Fotos, página 24

EVENTO



MAGNÍFICO REITOR PROF. DR. ADOLPHO JOSÉ MELFI "Hoje, é possível dizer-se, sem medo de errar, que a motivação fundamental da Faculdade de Filosofia foi insistir no entrelaçamento do ensino e da pesquisa. Tal fato, na atualidade, parece-nos óbvio, mas na época em que ela foi criada constituiu uma verdadeira inovação" página 24

EDITORIAL

O *Informe* deste mês organizou um número especial sobre as mulheres acadêmicas e é uma homenagem da FFLCH às suas professoras e alunas, que tanto contribuíram para a história da nossa Faculdade ao longo desses 70 anos. Por isso, nada mais justo do que realizarmos entrevistas e colhemos depoimentos de professoras titulares e daquelas que receberam o título de Eméritas, buscando recompor os seus perfis como alunas, profissionais e cidadãs. O crivo é o olhar feminino no resgate do nosso passado, que além das etapas da formação inclui o seu envolvimento e atuação nos diferentes momentos políticos vividos dentro da universidade. Como resultado, o que se apresenta é uma discussão bastante rica das inúmeras vertentes que compõem a vida universitária e que se associam às lembranças dos antigos professores, salas de aula, formas de convivência com os colegas e reflexões sobre a história social e política do país.

Sem dúvida, para os pesquisadores interessados na história das mulheres brasileiras, ao longo do século XX, esse número do *Informe* representa um aporte importante para a realização de futuros trabalhos e foi justamente a partir dessa idéia que esse volume foi pensado.

Assim, nada melhor do que comemorar os 70 anos da USP e da FFLCH do que realizando um trabalho sério de pesquisa e torná-lo disponível ao público interessado. E isso se traduziu ao longo de 2003 em um projeto que transformou o perfil do *Informe* em muito mais que o noticiário de uma agenda cumprida mas, sim, em um depositário da memória individual e coletiva da história da nossa Faculdade. A partir disso, organizamos uma pauta mensal de assuntos e um programa de entrevistas, estas majoritariamente realizadas por Daniel Cantinelli Sevillano, aluno de iniciação científica sob a orientação do Prof. Dr. Sedi Hirano.

E, sem dúvida, para o ano de 2004, a nossa agenda do mês de março teria de estar dedicada às mulheres acadêmicas, não só em função das comemorações, mas especialmente pela importância que tiveram na nossa produção intelectual, bem como, na docência e capacitação de novas gerações de estudiosos.

Em função disso, vem o nosso interesse também em discutir a sua inserção na hierarquia da administração universitária, o que justifica o artigo de capa e a entrevista específica com a Profa. Dra. Miriam Krasilchik, primeira mulher eleita para ocupar o cargo de Vice-Reitora da USP.

Mas, se vivemos um tempo de mudanças nas relações de gênero e na própria sociedade, porque ainda as mulheres se concentram em algumas áreas específicas do saber e são minoritárias nos postos de liderança? Para comprovar esse quadro basta verificar as pesquisas recentes sobre o mercado de trabalho, mas ainda são poucas as análises sobre as universidades e o *Informe* com esse número especial, tem ainda por objetivo fornecer subsídios para um assunto que merece ser estudado.

E se são tantas as mulheres na FFLCH e na própria USP como se explicar apenas 30% de professoras doutoras, 23% de associadas e 10% de titulares?

Questões como essas são levantadas pelas nossas depoentes e entrevistadas a partir de um leque bastante amplo de assuntos que nos ajudam a compreender melhor a visão de mundo de mulheres que optaram pela vida acadêmica e que também pela sua forte atuação se tornaram personagens importantes em momentos decisivos da História da cidade de São Paulo e do nosso país.

E “se a história da USP, como se costuma dizer, confunde-se com a vida da cidade” (Discurso do Magnífico Reitor em Sessão Solene do Conselho Universitário em 25/01/2004); e se a USP, como uma jovem senhora, “está na idade da sabedoria, e está sempre se reciclando, sempre se interrogando” (entrevista de Cláudia Costin, Secretária de Estado da Cultura) por que não abrir os arquivos da Memória e dar voz e espaço às nossas mulheres?

ENI DE MESQUITA SAMARA

EXPEDIENTE

REITOR:

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

DIRETOR:

Prof. Dr. Sedi Hirano

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara (DH), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (SDI) - Membro Assessor. COORDENAÇÃO: Eliana Bento da Silva Amatuzy Barros – MTb 35814. PROJETO GRÁFICO: Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815, Erbert A. Silva – MTb 35870. DIAGRAMAÇÃO: Dorli Hiroko Yamaoka. REVISÃO: Dário Ferreira Sousa Neto. COLABORADORES: Daniel Cantinelli Sevillano, Rodolfo Vianna, Vanessa Vieira Mariano. SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS: João Fernando Querido Salvado. IMPRESSÃO: Gráfica – FFLCH/USP. TIRAGEM: 2000 exemplares.



ARTIGO

TRAJETÓRIA DAS PROFESSORAS DA FFLCH

PROFA. DRA. ENI DE MESQUITA SAMARA
DIRETORA DO MUSEU PAULISTA



A trajetória das professoras da FFLCH, ao longo dos seus 70 anos, não está apenas ligada à História Intelectual dessa Instituição ou da própria USP, mas, sobretudo, a um conjunto mais amplo que envolve a discussão e o entendimento da importância da participação feminina na vida sócio-econômica e política brasileira. Sendo assim, nada mais justo do que repensarmos, nesse momento e com

esse número especial do Informe, como se deu a sua inserção nos quadros da nossa Faculdade e especialmente no âmbito da vida pública, já que, além de professoras e intelectuais reconhecidas no Brasil e no exterior, essas mulheres ocuparam postos importantes em diferentes esferas da USP e também fora dela. No entanto, ainda pouco conhecemos suas histórias individuais ou mesmo coletivas, o que, sem dúvida, merece uma pesquisa mais ampla tanto nos acervos documentais disponíveis e relativos à antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, bem como nos quadros da sua história recente.

E foi justamente com o objetivo de resgatar uma parte dessa memória que preparamos para a comemoração dos 70 anos duas publicações – uma delas de autoria da Profa. Eva Blay dedicada aos nossos primeiros tempos, e esse volume do Informe que reúne dados recentes e entrevistas com as professoras eméritas.

Assim, a FFLCH não apenas presta uma homenagem

as nossas professoras e alunas, mas especialmente busca despertar o interesse por esse campo de pesquisa, abrindo também a discussão sobre as relações de gênero na vida acadêmica e o acesso das mulheres nos seus mais diferentes níveis.

Daí o nosso interesse em verificar os panoramas atuais dos 11 departamentos que compõem a nossa unidade e, nesse sentido, como se dá a inserção feminina nas funções de auxiliares de ensino, assistentes doutoras, associadas e titulares, e a relação entre os gêneros para cada uma dessas categorias. Ademais, levantamos também o número de representantes nas chefias de Departamentos, Órgãos Colegiados e Comissões, de modo a entender melhor a estrutura de poder estabelecida nesse momento. Compartilhamos ainda esses dados com os totais de homens e mulheres na carreira docente e também entre os alunos. E os resultados surpreendem em um conjunto pensado como majoritariamente feminino, porém, no qual foi apenas em 2002 que uma mulher assumiu a função de Vice-Diretora (Eni de Mesquita Samara designada em 25/08/2002, permanecendo no cargo até 03/12/2003).

No entanto, foi impossível avaliar as mudanças concretas ao longo do tempo e as diferenças estabelecidas no perfil profissional de alunos e professores em cada área específica do conhecimento, pois isso exige uma pesquisa mais ampla e que está para ser feita, o que sem dúvida, será um grande ganho para a nossa História Institucional nesses 70 anos.

Tabela I

Distribuição da população da FFLCH por gênero, em 2001

	Masculino		Feminino	
	Número	%	Número	%
Graduação	4277	45,40	5142	54,59
Pós-graduação	1474	43,49	1915	56,51
Docentes	186	52,54	168	47,46
Não docentes	165	45,71	196	54,29
Pesquisadores	0		0	
Total	6102	45,12	7421	54,88

Fonte: Anuário estatístico da USP 2002. Pág. 74.

Tabela 2

**Professores por Departamentos
FFLCH/USP, 2003**

Departamentos	Professoras		Professores		Total Números
	Números	%	Números	%	
Letras Modernas	41	67,21	20	32,79	61
Linguística	12	63,16	7	36,84	19
Letras Orientais	16	59,26	11	40,74	27
Teoria Literária e Literatura Comparada	8	53,33	7	46,67	15
Antropologia	10	50,00	10	50,00	20
Geografia	20	44,44	25	55,56	45
História	25	43,10	33	56,90	58
Letras Clássicas e Vernáculas	37	40,22	55	59,78	92
Sociologia	8	38,10	13	61,90	21
Ciências Políticas	4	21,05	15	78,95	19
Filosofia	5	16,67	25	83,33	30
Total	186	47,91	221	51,85	407

Fonte: dados fornecidos pelo Serviço de Pessoal/FFLCH.

Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 nos revelam a diferença quantitativa entre os sexos, pois as mulheres representam 54,88% do total na nossa comunidade. Entretanto, a porcentagem das docentes ainda é menor com 47,46%. Analisando este último item com mais cuidado no que se refere aos departamentos, a Antropologia possui uma razão equilibrada entre os gêneros, enquanto a área de Letras congrega no seu quadro de docentes a maior porcentagem feminina. Por outro lado, Ciências Políticas e Filosofia revelam um panorama eminentemente masculino com 21,05% e 16,67% de professoras respectivamente.

Tabela 3

**Distribuição de cargos de professores
FFLCH/USP, 2003**

Cargo	Professoras		Professores	
	Número	%	Número	%
Titular	17	33,33	34	66,67
Associado	23	43,40	30	56,60
Doutor	126	49,22	139	52,45
Colaborador	1	50,00	1	50,00
Assistente	17	50,00	17	50,00
Auxiliar de Ensino	2	33,33	4	66,67
Total	186	45,26	225	54,74

Fonte: dados fornecidos pelo Serviço de Pessoal/FFLCH.

No que concerne especificamente a cada uma das categorias da carreira docente, verificamos que as titulares representam quase um terço (33,33%) do total, enquanto que as associadas aumentam em porcentagem para 43,40% e as doutoras para 46,22%.

Tabela 4

**Distribuição de chefias, suplência e participação
na Congregação
FFLCH/USP, 2003**

	Professores	%	Professoras	%
Chefes	7	63,64	4	36,36
Suplentes	6	54,55	5	45,45
Participação na Congregação	66	67,35	32	32,65

Fonte: dados fornecidos pelo Serviço de Pessoal/FFLCH.

No caso das chefias de Departamentos, a tabela 4 mostra claramente que as mulheres neste cargo representam um pouco mais de um terço e as suplentes quase a metade do total.

Os Órgãos Colegiados (Congregação e CTA), por sua vez, apresentam um perfil de 32,65% de participação feminina e, quanto às Comissões, ainda não realizamos um levantamento criterioso a respeito.

Como se pode perceber pela análise inicial dos dados estatísticos, o assunto exige um trabalho mais amplo que possa abordar as diferentes vertentes que se apresentam, não só relativas aos quadros institucionais, mas também

no que concerne à importância da sua contribuição como professoras, intelectuais e formadoras de novas gerações de estudiosos. Além disso, cabe ainda pesquisar sobre o papel dessas mulheres na Universidade de São Paulo como um todo e a sua atuação na vida pública e no mercado de trabalho, o que ao meu ver se apresenta como um desafio, dada a riqueza das suas experiências individuais e coletivas.

Com isso, seria possível resgatar não só uma parte importante da nossa História Intelectual, mas, sobretudo, inseri-la no contexto dos estudos recentes sobre as mulhe-

res brasileiras que hoje deixaram de representar um acréscimo à história estabelecida para se afirmar como uma contribuição fundamental ao conhecimento científico.

Vem daí a pertinência desse número especial do Informe nos 70 anos FFLCH/USP e a importância de preservar essa memória, que incita novas pesquisas, mostrando a nossa verdadeira vocação, como mulheres, educadoras e profissionais atuantes que, ao desafiar as dicotomias estabelecidas na sociedade para os gêneros, conquistaram espaços antes entendidos como masculinos.

ENTREVISTA

ENTREVISTA PROFA. DRA. MÍRIAM KRASILCHIK

PROFESSORA APOSENTADA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PRESIDENTE DA
COMISSÃO CENTRAL DA USP ZONA LESTE
POR RODOLFO VIANNA



Professora, a senhora poderia nos contar sua formação acadêmica?

Eu sou bacharel e licenciada em História Natural, um curso que antecedeu os atuais cursos de geologia e biologia, ainda na alameda Gleite, na então FFCL. Mas eu tive aula lá e aqui, pois, durante meu curso, alguns departamentos foram trans-

feridos do casarão da Gleite para a Cidade Universitária. Formada, eu fazia pesquisa no departamento de Botânica, o que equivale hoje a uma especialização ou mestrado, que não havia na época. Havia dificuldade para a nossa contratação— que é uma coisa crônica da universidade, não é (risos). Resolvi, então, como muitos outros colegas, prestar concurso público e ir dar aula no Ensino Médio. Eu já trabalhava com pesquisa em Piracicaba, que é minha terra, onde também fui dar aulas. Continuei com meu trabalho de pesquisa na ESALQ e dava aula de História Natural numa escola secundária. Com o decorrer do tempo, cheguei a conclusão que queria mesmo era continuar trabalhando no ensino. Eu me removi, depois, para Jundiaí e depois para o Colégio de Aplicação, onde dei aula por 10 anos e ao mesmo tempo fazia pesquisa em ensino de ciências no Ibec (Instituto Brasileiro de Educação e Cultura). A minha área de pesquisa é o ensino de ciências.

A professora se incomoda se eu perguntar quando a

senhora se formou?

Não. Eu me formei em 1954... eu me incomodo muito de ter me formado em 54, mas fazer o quê (risos). Eu vou fazer 72 anos.

A senhora já ocupou dentro da USP diversos cargos, inclusive o de vice-reitora. Como é a experiência de participar da administração de uma universidade?

É uma experiência que permite você ter uma visão muito mais ampla e profunda da universidade. Eu diria que não é uma tarefa fácil, mas tem uma recompensa que é você poder ter projetos, ter planos, etc. Como diretora da Faculdade de Educação, consegui aumentar o número de vagas, por exemplo. Fui duas vezes diretora da FE, uma primeira vez, depois eu fiquei quatro anos como vice-reitora e depois voltei eleita como diretora, tendo perdido a eleição para a reitoria (risos).

Como a senhora interpreta a pouca participação das mulheres dentro do quadro administrativo da universidade?

Eu acho que a única mulher eleita para um cargo de liderança da universidade fui eu, porque mesmo as pró-reitoras são indicadas. Eu acho que há vários fatores a serem vistos: primeiro, é a própria organização da universidade. Eu cito como exemplo a Faculdade de Educação, que é predominantemente feminina e que nunca havia tido uma diretora antes de mim. Isso é “natural”, porque ninguém cogitava

que as mulheres poderiam ocupar cargos. Acho também que as mulheres não se dispõem e há uma série de razões, como a jornada dupla, etc. A análise da carreira universitária demonstra isso. O último dado que eu tenho mostra que há 30% de professoras doutoras, 23% de associadas e só 10% de titulares. Algumas escolas, como a Politécnica e a Faculdade de Medicina, só vieram a ter professoras titulares muito recentemente.

A senhora acredita que isso esteja mudando, que haja uma transformação?

Eu acho que há, sim. Eu acho que a tendência é essa, pois o corpo docente da universidade está mudando.

A senhora mencionou a Faculdade de Educação como predominantemente feminina...

Como a FFLCH.

Então. A senhora acredita que ainda existam essas carreiras ou cursos que acabam abrangendo mais mulheres ou mais homens?

Eu acho que existem. Você tem três tipos de escolas aqui na USP. Há aquelas predominantemente femininas, como a FE, as Enfermagens, algumas seções da Filosofia – não são todas. Há outras predominantemente masculinas, e essas são enfaticamente as de Ciências Exatas. E tem ainda aquelas que são neutras, mas com uma ligeira tendência a aumentar o número de moças, que são a de Odontologia, Veterinária, Medicina, etc. E isso não depende da unidade, pois nas três odontologias, a situação é semelhante, nas duas enfermagens, o quadro é praticamente o mesmo.

Professora, ao longo de sua carreira acadêmica, a senhora percebeu algum preconceito por ser mulher?

Sem dúvida. Principalmente na época das eleições, quando eu estava disputando a vice-reitoria. Era eu e mais dois colegas disputando, e ouvi a pergunta “o que a Miriam fará numa greve?”. Eu não comentaria essa pergunta se fosse genérica, para todos os candidatos, mas por que só eu? Por que eu seria diferente dos outros?

E houve algum preconceito no mundo da pesquisa?

Esse nunca foi muito explícito, porque a Educação nunca foi considerada uma *Hard Science*, e tal. Nunca foi explícito, talvez pela minha formação. Como fui formada na área de Ciência, eu transito razoavelmente bem em vários campos, tanto de Humanidades como no das Ciências.

Hoje a senhora é conselheira no Conselho Universitário representando os ex-alunos. Toda a parte política da universidade lhe interessa?

Interessa, interessa porque eu tenho projetos. Um dos projetos, e por isso eu estou envolvida com a USP Zona Leste, é fortalecer a Universidade Pública e atingir, através do acesso, a um maior número de jovens. Eu acredito que, com uma população maior, nós faremos melhor ciência, melhor cultura, melhor arte e atenderemos melhor a sociedade que nos mantém.

A senhora tem um posicionamento sobre cotas?

Olha, eu creio que o problema do acesso não é um problema de cotas, mas sim um muito mais amplo e relacionado com uma política de ação afirmativa. Temos que repensar alguns projetos sociais da universidade, porque temos sim dívidas a pagar a grupos discriminados. Não sei se a melhor forma de pagar é através de cotas. Eu acho que a universidade, e especificamente a USP, tem obrigação urgente de melhorar o Ensino Fundamental e Médio.

Sobre o financiamento da Universidade Pública, a senhora é favorável à idéia de cobrança de ex-alunos ou outras medidas semelhantes?

Não. Sou absolutamente contra. A universidade deve ser gratuita, mantida pelo Estado como acho também que a universidade tem a obrigação de achar as formas mais adequadas de gerir esses recursos, tanto humanos como financeiros.

Professora, hoje a senhora está a frente do projeto da implementação do novo campus da USP na Zona Leste, sendo a presidente da Comissão Central. Qual é o intuito desse projeto, dentro da trajetória de 70 anos da USP?

Primeiro, é aumentar o número de vagas, servir a população e ser um foco de renovação. Por exemplo, estamos propondo cursos novos, pensando em reorganizar o semestre escolar, tendo disciplinas intersemestrais – os alunos terão muito mais aulas – trabalhando com cerca de 20 semanas por semestre, etc, de tal forma que os cursos possam ser construídos em quatro anos para que de quatro em quatro anos você tenha mais gente entrando e saindo.

Há também a implementação do Ciclo Básico...

É, a idéia é realmente permitir que os alunos usufruam da convivência de colegas de todos os cursos. Agora você fica isolado na sua unidade e não tem a possibilidade de conhecer colegas de outras formações e interesses. Nós queremos que o estudante de Informática conviva com o de

Artes e que haja, desde o primeiro ano, disciplinas que provoquem reflexão sobre os problemas brasileiros, sobre os problemas humanos, sobre os problemas de melhoria da condição de vida, ambiental, etc.

Os cursos a serem oferecidos estão tramitando do Conselho de Graduação...

Já foram aprovados seis: Marketing, Lazer e Turismo, Obstetrícia, Gerontologia, Sistemas de Informação e Ciência do Esporte, e estarão em pauta mais cinco (entrevista concedida em 19/02).

Na sessão solene do Conselho Universitário do dia 25 de janeiro, o reitor Adolpho Melfi comparou, em comentário para o *Boletim Informe*, o papel da USP Zona Leste com aquele que teve a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na fundação da USP. A senhora acredita que há semelhanças?

A pretensão é essa. Nós sabemos o quanto de bom a USP tem, produção científica, cultural, mas acreditamos que é preciso fomentar interdisciplinaridade, trabalhar em áreas de fronteira, aprofundar a responsabilidade social dos nossos alunos, criar e manter um grande clima de descoberta, numa unidade onde os alunos se sintam pensadores e responsáveis pela solução dos nossos graves problemas.

E qual a importância do novo campus estar na Zona Leste?

Primeiro porque é uma região desatendida, com o tamanho e a população de muitos países onde não há uma universidade pública. Criou-se lá só recentemente uma Fatec, de nível técnico. Sua comunidade é extremamente organizada, muito demandadora e que cobra bastante. O que se espera é que

com essa mudança geográfica seja possível atender de forma mais representativa a população da cidade e do estado.

Nesse ano, muito possivelmente, teremos uma reforma universitária. A senhora está disposta a entrar na discussão?

Eu faço parte de um grupo da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) que estuda o ensino superior. Espero que a discussão sobre a reforma seja a mais profunda possível, fazendo uma análise relacionada com outras questões, com base em dados tendo um horizonte social. Considero absolutamente essencial a conservação da universidade pública com muitas das características das estaduais paulistas.

A USP precisa de uma reitora?

Acho que sim, espero que sim. Você sabe que eu ganhei as eleições na comunidade mas perdi no Colégio Eleitoral. Eu faço os melhores votos para as minhas colegas.

Professora, para encerrarmos, qual é a perspectiva da senhora para os próximos 70 anos da USP como também da FFLCH?

Olha, eu gostaria de estar viva para ver os próximos 70 anos (risos). É imprevisível. Outro dia estava conversando com um grupo de amigos e discutindo “será que os fundadores da USP supunham que ela fosse ter essa cara que tem hoje?”. Acho que não. Espero que ela continue sendo uma universidade de excelência, que cada vez mais assuma seu compromisso com a causa pública e que seja inovadora, que renove os processos pedagógicos de gestão e de acesso – que é proposta da USP Zona Leste.

ENTREVISTA PROFA. DRA. MARILENA CHAÚ

DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

POR RODOLFO VIANNA



A senhora recebeu, no último dia 22 de junho, o título de professora *honoris causa* da Universidade de Paris 8. O que é para Marilena Chauí o título *honoris causa* como também a própria Universidade de Paris 8?

Olha, o título foi uma surpresa. É claro que ele é uma honra, ele significa a culminância de um trabalho acadêmico. Eu me senti honrada, emocionada e muito contente. Eu não pensei que

tivesse uma obra e uma atividade acadêmica e política que levasse a um título como esse. O fato de ser Paris 8 foi ainda mais significativo para mim, porque, como vocês sabem, a Universidade de Paris é a antiga Faculdade de Vincennes, que foi criada em 1968 no bojo do grande movimento político de maio de 68. E eu estava em Vincennes no dia em que as portas se abriram. Então, houve uma conferência do Marcuse (Herbert Marcuse), e depois nós tivemos uma aula sobre Espinosa com Deleuze (Gilles Deleuze) e uma aula sobre aquilo que viria ser “Vigiar e Punir”, com

Foucault (Michel Foucault). Então, você pode imaginar uma jovem brasileira que está tendo sua primeira grande experiência política o que foi, num único dia, ter como professores Herbert Marcuse, Gilles Deleuze e Michel Foucault. Ora, receber um título dessa universidade é muito significativo, na medida em que é de uma universidade na qual eu efetivamente realizei minhas primeiras pesquisas sobre Espinosa, tive meus primeiros contatos com a discussão filosófica dentro da política e se abriu a possibilidade de uma universidade inteiramente nova. É isso Paris 8.

Sobre a filosofia em geral, qual era a visão da estudante Marilena e da atual doutora? Imagino que se hoje há uma espécie de incompreensão pela escolha de estudantes pela filosofia, por parte da sociedade e da família, imagino para a senhora que ingressou em 1959. Houve, ainda, algum agravante por ser mulher?

Bom, primeiro: contrariamente do que você pensa, era mais fácil escolher antes do que hoje. Porque no ensino fundamental, primeiro e segundo grau, nós recebíamos uma formação muito esmerada. A escola pública era esmerada cultural e pedagogicamente. Eu tive no ginásio latim, francês e inglês e, no colegial, a isso se acrescentou espanhol, grego e italiano. Tive aulas de filosofia a partir do chamado “primeiro clássico”, portanto, aos 16 anos, eu tive um curso de filosofia. Durante 3 anos, quatro vezes por semana eu tive aulas de filosofia. Recebíamos uma formação que facilitava a escolha. As minhas dúvidas eram, no interior das Humanidades, se eu faria Letras, História ou Filosofia. A minha decisão por Filosofia foi porque achei que pelo tipo de questionamentos que eu tinha, questionamentos existenciais, talvez a Filosofia pudesse responder mais.

Do ponto de vista do gênero, o fato de ser mulher não atrapalhou em nada. Isso não quer dizer, entretanto, que o velho departamento de filosofia não fosse machista. Eu vou lhe dar três pequenos exemplos, um deles eu como estudante e dois eu já como professora. Quando era aluna, as classes eram pequenas (oito, dez alunos). Eu estava no primeiro ano quando cursei a disciplina de Lógica e Filosofia das Ciências, que era ministrada pelo professor Gianotti (José Arthur Gianotti). No primeiro dia de aula, ele entrou e viu que era uma classe onde havia oito mulheres e um rapaz. Ele entrou, sentou, olhou para nós e disse: “mas o que as violetinhas estão fazendo aqui? Marido é no curso de Letras”. Foi assim que fomos recebidas. O fato de fazermos vestibular, ter sido aprovadas, fazermos o curso não significava que, do ponto de vista de vários professores e até mesmo de colegas não fôssemos quase uma anomalia.

Bom, depois, eu me tornei professora do departamento e na ocasião eu estava grávida da minha segunda filha. Houve a festa de aposentadoria do professor Cruz Costa (João Cruz Costa). E o professor Cruz Costa veio até mim, bateu na minha barriga e disse: “Dona Chauí, a senhora é tão bonita, mas com essa barriguinha a senhora acha que dá para ser professora de filosofia?”. E a terceira experiência foi novamente com o professor José Arthur Gianotti. Nessa mesma ocasião, ele me disse: “você pretende ser uma intelectual?”. Na época, a palavra “intelectual” quase não era usada, e eu não fazia idéia do que era ser uma intelectual. Eu fiquei meio desenxabida, e disse que achava que sim. “Então você precisa parar de parir filho”.

E a senhora encontra hoje o professor Gianotti pelos corredores da Faculdade...

Sem nenhum problema, sem nenhum problema. Então, ser mulher era uma condição muito complicada. Nas Ciências Sociais era muito complicado, na História era muito complicado. Nas chamadas Ciências Duras (as Ciências Naturais e as Exatas) era muito complicado. Mas eu tive o privilégio de pertencer à geração de 1968 e, portanto, pertencio à época em que na Europa e nos Estados Unidos travam-se as lutas pelos direitos civis, pelos direitos da mulher, espalhando-se por todo o mundo. E, na América Latina, foi a época das lutas pela sociedade democrática e socialista. O fato de eu ter participado de um período muito libertário fez com que dificuldades que mulheres anteriores à minha geração tinham experimentado, no nosso caso, diminuíram bastante. Eu não vou dizer para você que elas desapareceram, mas elas diminuíram bastante.

E dentro da própria família, da sociedade em geral, como foi vista a escolha pela Filosofia, uma vez que as ciências humanas eram, e ainda são, vistas como “perfumaria”?

Não houve nenhum problema. Em primeiro lugar, a visão que se tinha das Humanidades tinha mudado radicalmente, pois já havia nas Letras, a produção do Antonio Candido; nas Ciências Sociais, a do Florestan Fernandes; na Filosofia, a do Cruz Costa; na História, a de Sérgio Buarque e assim por diante. Essa produção teórica tinha sido desenvolvida pela Faculdade e já não havia mais nenhuma condição de considerá-la como perfumaria. O trabalho realizado, sua seriedade, seu rigor, sua maneira nova de interpretar o Brasil, mudaram a visão da sociedade a respeito da Faculdade e das Humanidades.

Com relação à minha família, eu costumava contar uma história muito divertida. Um mês antes do vestibular eu ainda

estava em dúvida entre Letras, História e Filosofia. Eu tive uma conversa com minha mãe e ela disse que eu tinha que fazer a escolha rapidamente, porque, ela me disse, “não vai ter cabimento imaginar você como a maior parte das infelizes mulheres desse país que fazem o curso colegial, arranjam um marido, preparam o enxoval e vão se casar”. Minha mãe trabalhou a vida inteira, foi professora, então o apoio para a faculdade e o apoio para a filosofia foi total.

Professora, dentro ainda da questão da filosofia, como a senhora vê a construção do pensamento filosófico no mundo de hoje? Há atualmente grandes correntes de pensamento ou mesmo núcleos de irradiação de pensamento, ou há uma grande fragmentação?

Hoje há uma grande fragmentação. Não dá para falar em correntes filosóficas. Você tem, o que é uma coisa muito triste, acomodações acadêmico-profissionais. Ou seja, a partir daquilo que você realiza na academia, você define uma área de trabalho e se dedica àquilo. De modo geral, é o que tem acontecido. Não há, eu não vejo o surgimento de um pensamento filosófico que dê conta da contemporaneidade. Eu não quero dizer que não haja discussões filosóficas sobre a contemporaneidade. Está aí a obra de Jünger Habermas, que discute essa questão, e outros que também fazem essa discussão. Mas, uma coisa é você discutir as questões impostas pela contemporaneidade, outra coisa é você ter uma concepção ao mesmo tempo crítica e alternativa, que em geral é o que cabe à Filosofia. Crítica no sentido de fazer um exame e uma interpretação dos impasses existentes, por um lado, e, por outro, encontrar aquilo que poderíamos chamar de as condições reais de possibilidade do pensamento e da ação. E eu não tenho visto isso. Eu penso que a possibilidade para isso pode surgir, tanto nas reflexões a respeito da política, tanto das condições novas da ciência, particularmente da biologia e dentro da biologia da genética e também pela questão colocada pela maneira pela qual a ciência, transformada em tecnologia, se transformou em força produtiva, e, portanto, numa força econômica. Há questões relevantes que permitirão que reflexões, que hoje são isoladas, possam se aproximar e nos levar a uma compreensão inovadora do presente. No momento, eu acho que a Filosofia ainda está em refluxo.

Além da distinção como pensadora, Marilena Chauí é também sinônimo de enfrentamento, luta, protesto, atuação política e social. Qual foi, remontando às suas lembranças, a primeira indignação?

Olha, a primeira indignação começou muito cedo, eu era

muito pequena. Eu morava numa cidadezinha do interior de São Paulo, Pindorama, e havia o Grupo Escolar, onde eu estudava, e que ia até o 4º ano primário. Para os padrões da cidade e da época, ganhar o diploma do 4º ano primário era um grande acontecimento e havia uma grande festa. E eu me lembro que duas meninas e um menino foram excluídos da festa pelo diretor da escola porque eles não tinham condição de vestuário. A família era muito pobre e eles não tinham como se vestir para a festa. E eu me lembro que minha mãe trouxe essa história para casa, pois ela era professora do Grupo, e eu fui, meu Deus do céu, eu acho que tinha oito anos!, e fui tomada de verdadeira fúria. E eu fiz uma coisa... engraçado, eu nunca mais tinha me lembrado disso... havia na rua em que eu morava uma loja de armários, que vendia tecidos e minha mãe tinha conta lá, e eu fui e comprei (uma breve pausa) comprei organdi para as meninas, sei lá, devo ter comprado todas as medidas erradas, comprei uma sarja para a calça do menino e uma cambraia para a camisa dele. A minha tia, irmã da minha mãe, era costureira e eu disse “tia, a senhora vai fazer a roupa, porque, imagine, eles não podem ir na festa!”. E, a partir daí, a professora deles comprou sapato, um outro deu as meias e eles foram. A percepção da injustiça, é muito interessante, apareceu para mim sempre a partir de formas de exclusão, de gente excluída de alguma coisa a que teria direito. Tanto que uma das razões de eu ter ficado muito imbuída de cristianismo foi porque eu achava que o cristianismo estava realmente em busca da justiça. E, depois, quando aos 13 anos eu li “Socialismo Utópico e Socialismo Científico”, do Engels (Friederich Engels) eu achei que a resposta estava mesmo no socialismo e no marxismo. Então, aos 13 anos eu não diria para você que eu era marxista – não tinha condição – mas aos 13 anos eu era socialista.

Mas eu acho que isso veio do ambiente da minha casa. Eu tinha uma família muito sensível a essas formas de injustiça.

Professora, em outra entrevista, a senhora disse ter tido o privilégio de estar em Paris em maio de 1968, a cidade de foco dos movimentos de contestação ocorridos em todo o ocidente, como a senhora já lembrou aqui. Qual o aroma que se sentia no ar de Paris em 68?

Havia duas coisas muito interessantes. A primeira, era o fato de que você tinha um movimento político que não era um movimento pela tomada do poder. Era um movimento de recusa das formas existentes de poder. A segunda foi, em função disso, toda a reflexão e remanejamento no interior da esquerda. Vamos dizer, o claro envelhecimento do PCF (Partido Comunista Francês), o claro descompasso

histórico do Partido Socialista Unificado, o desabrochar muito forte das correntes trotskistas e maoístas que tinham, é uma coisa muito interessante e eu acho que só poderia acontecer naquela ocasião, um forte conteúdo anarquistas do período. A linha geral do movimento era “nós somos contra a tomada do poder”.

Então, eu diria que foi o período da minha formação política, não como ação, porque algumas ações eu já tinha tido no Brasil, mas como pensamento político.

E quando a senhora participou grávida de uma manifestação?

Isso foi em fins de 1964. Quando o Jânio renunciou, houve a questão do Jango e a ditadura se instalou, nós tomamos a Faculdade de Filosofia, a Maria Antonia, para impedir que a polícia e o exército entrassem, porque professores estavam sendo presos, interrogados, etc. Eu estava grávida de 6 meses, e fiz um cordão de isolamento junto com outras pessoas em frente à porta. E aí a Regina Sader e o professor Antonio Candido disseram “Marilena isso é uma loucura, essa criança vai nascer aqui. Você vai embora já!”. E eu então comecei a ir da Maria Antonia até a Praça da República que era onde eu tomava o ônibus elétrico, pois eu morava no Jardim da Glória. E eu comecei a ouvir barulho de botas. E eu corri. Corri, praticamente, da rua Dr. Vilanova até a Praça da República. E o barulho de botas, só parei de ouvir porque havia um ônibus no ponto e eu entrei.

Barulho de marcha de soldados?

Barulho de corrida. E o meu filho nasceu prematuramente.

E a Maria Antonia foi invadida?

Foi. Foi quando o professor Cruz Costa foi preso, o professor de física, Mario Schenberg foi preso, o professor Kerr (Warick Kerr), eles eram presos, revistados e obrigados a cantar o hino nacional. Na casa do professor Schenberg, por exemplo, levaram embora o livro “O Vermelho e o Negro”, de Stendhal, pois achavam que era sobre os “vermelhos”, a Enciclopédia Britânica, o que passava pela cabeça deles.

E qual era a atmosfera no Brasil no ano do AI-5, 1968?

Eu estava na França, tinham havido todos os problemas aqui no nosso departamento, e eu vim ao Brasil. Eu desci do avião na hora em que estava sendo decretado o AI-5. E nós não fazíamos idéia do que aquilo iria significar, que iria se passar para uma nova fase da ditadura e o terror de Estado ia se implantar. Embora a leitura do Ato Institucional número cinco fosse de arrepiar, a gente não fazia muita idéia do que iria significar, o que é que ia significar a exceção estabelecida e o terror exercido pelo Estado. Os anos 70, de 1970 a 1975 foram anos de chumbo, de horror, de medo, de pavor, e em toda a parte. Aqui na Faculdade havia os olheiros do DOPS, infiltrados no meio dos alunos,

microfones nas nossas salas e na sala dos professores, eram feitas fichas. De repente você chegava na sala e faltavam alguns estudantes, e você não sabia se eles tinham fugido, sido presos, torturados ou mesmo mortos ou exilados. Assim também com os colegas, como Salinas (Luis Roberto Salinas Fortes) e Carmute (Maria do Carmo Campello). Assim era. Primeiro você não sabia se conseguiria sair de casa, depois você não sabia se voltaria.

Professora, e atualmente? Qual o aroma que a senhora sente no ar, aqui na Faculdade de Filosofia?

Eu penso que a Faculdade vai entrar numa fase de renovação por obra dos estudantes. Eu costumo dizer o seguinte: em 1968 a Faculdade de Filosofia se considerava a vanguarda do proletariado avançado. Hoje ela é a retaguarda atrasada da classe média atrasada. Então, da parte do corpo docente não há muito o que se esperar. Há as exceções honrosas de sempre, mas há um conservadorismo muito grande, uma desesperança muito grande, uma rotinização muito grande e tudo isso ligado ao momento que, com o Reitor Goldemberg na década de 80, se implementou a avaliação por produtividade e ao mesmo tempo que a Universidade se tornou operacional, voltada para si mesma e onde os professores se perdem em relatórios, com apresentação de serviço, com a produção em escala industrial de textos para congressos e revistas, etc. Então, eu diria que as condições do lado do corpo docente são muito desfavoráveis para uma mudança, mas não do lado dos alunos. A greve do ano passado mostra isso. Os alunos reivindicam efetiva qualidade do ensino público, reivindicam que haja um entrosamento entre trabalho teórico e a compreensão da sociedade brasileira e exigem todos os aspectos pelos quais a Faculdade possa contribuir praticamente com a sociedade. Eu estou muito esperançosa porque eu acho que uma mudança se anuncia, ainda que vagarosa. Há uma recusa de nossos estudantes de aceitar que a educação seja um serviço ou seja um privilégio. Tomando a educação como um direito, a luta por esse direito dá um novo fôlego para a Faculdade. E vamos ver em que o novo Governo Federal e o Ministério da Educação são capazes de dar ressonância a essa luta que, eu penso, existe em várias universidades públicas.

A senhora é uma das maiores estudiosas sobre o filósofo Espinosa. A senhora diz que seu encanto está na concepção espinosista de liberdade. Em poucas palavras, se possível, qual é essa concepção?

Tradicionalmente, e sobretudo na cultura ocidental, que é uma cultura cristã, a idéia de liberdade é inseparável da idéia de livre arbítrio da vontade. É a idéia de que é a nossa vontade que é livre, e sabemos que é livre pela liberdade de escolher entre alternativas contrárias que são igualmente possíveis. Então, o fato de você ser dotado de uma vontade

de capaz de escolher sem ser constrangido por nada ou por ninguém indica que nós somos livres por vontade. Há uma identificação entre liberdade, escolha e vontade. Espinosa faz a crítica dessa concepção. Considera que isso é uma imagem, ilusória, da liberdade. Em primeiro lugar, nós não temos uma vontade livre, nossa vontade é determinada pelas condições nas quais vivemos e, portanto, nós não escolhemos. A nossa vontade pura e simplesmente quer aquilo que as condições determinam o que ela queira. Por outro lado, a tradição, por causa da identificação entre liberdade e vontade, estabeleceu uma oposição entre liberdade e necessidade. É por liberdade o que é por vontade e o que é por escolha. É por necessidade o que é determinado por uma causa sem escolha. Então, você tem ou liberdade ou necessidade. Espinosa também faz a crítica dessa oposição e ele vai afirmar que a necessidade não elimina a liberdade, mas reforça a liberdade.

O que ele entende por liberdade? Ele entende por liberdade duas coisas: uma primeira, que é muito comum na tradição filosófica, e uma outra que é própria dele. Ele entende por liberdade, como muitos outros filósofos, a ausência de constrangimento externo para realizar alguma coisa. Mas, ele acrescenta, que nós somos livres quando o que nós pensamos, o que nós fazemos, o que nós dizemos, as nossas atitudes, nossos comportamentos têm como causa necessária nós mesmos. Quando nós somos a causa interna necessária das nossas ações, do nosso comportamento, das nossas idéias, nós somos livres. Não ser livre é ser determinado a pensar, sentir, agir pela força exercida por causas externas. Ser livre, é ser determinado pela força interna do nosso próprio ser. Tudo depende, portanto, não da ausência de causas para a ação (como pensa tradicionalmente a filosofia), mas do tipo de causa que determina a ação: se a causa é externa, você não é livre; se a causa é interna, você é livre. Você não é livre quando o que você pensa, o que você faz, o que você quer, etc é determinado pelos outros. Então, quando determinado por causas externas, você não é livre. Você é livre quando a necessidade

que se exprime no que você é, é você mesmo.

É como se fechasse um círculo?

Exatamente. Essa concepção de liberdade só é possível porque Espinosa considera que nós somos expressão finita de uma potência infinita, que ele chama *substância*, que ele chama de Deus. É uma força imanente da qual somos efeitos internos de tal maneira que nossa potência de existir e de agir exprime, de maneira finita, uma potência infinita.

Mas essa força tem uma consciência?

Não. Ela tem propriedades. Por exemplo, ela é uma força pensante, ela é uma força material, os corpos são expressões finitas da materialidade infinita. As nossas almas são expressões finitas do pensamento infinito. E como Deus é essa força produtora e imanente, não existe um deus pessoal, transcendente, que nos dá leis, que nos pune, etc. A ética de Espinosa é uma ética que não lida com aquela noção central do judaísmo/cristianismo que é a noção de culpa. Não uma culpa qualquer, mas uma originária que define a natureza decaída e pervertida do ser humano, aquela culpa que é conseqüência do fato do primeiro homem, Adão, ter desobedecido a lei de Deus, transmitindo essa culpa para todos os outros homens. E é uma culpa tão monumental que nenhum homem pode salvar o gênero humano, só o próprio Deus. Na ética de Espinosa não há essa noção de culpa.

O pensamento de Espinosa dialoga bastante com a noção de democracia?

Sem dúvida. Ele vai dizer que a democracia é o mais natural dos regimes políticos, porque nós, como expressões da potência de agir da *substância*, da potência de Deus, somos dotados de uma potência natural ou de um direito natural que nos faz desejar governar e não ser governados. Esse desejo, que constitui o núcleo de nossos direitos, só pode realizar-se plenamente na democracia, na qual todos governam (por meio das leis) e ninguém é governado por um outro, pois o governante é o representante dos governados.

ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA, CLÁUDIA COSTIN

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



A entrevista abaixo foi realizada no dia 12 de fevereiro, na sede da Secretaria de Estado da Cultura. Nela, a Secretária relata sobre alguns projetos entre a USP e a Secretaria de Cultura, e nos conta um pouco sobre sua relação com a

USP nos seus tempos de estudante.

P: Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre as relações entre a Secretaria de Cultura e a USP.

R: As relações entre a Secretaria e a USP se dão, sobretudo,

do, através de algumas unidades da USP, como por exemplo o Museu do Ipiranga, com o qual nós temos uma relação de parceria; a Edusp, especialmente no projeto **São Paulo, um Estado de Leitores**, que procura desenvolver na juventude paulista o hábito da leitura; o Museu de Arte Contemporânea, com o qual nós temos interações frequentes. Estamos procurando um espaço fora da USP para que o Museu possa expor sua reserva técnica.

P: E qual a relação da USP com o Paço das Artes?

R: Foi assinado no dia 25 de janeiro um protocolo de intenção e a formação de um grupo de estudos, para que a Universidade assumira o prédio do Paço.

P: O que a senhora acha do Projeto Nascente da USP, que serve para divulgar novos talentos?

R: Eu acho fundamental identificar e apoiar novos talentos. É preciso dar apoio para que os talentos individuais possam se desenvolver, e esse projeto da USP é muito bem vindo nesse sentido.

P: Qual sua visão sobre o papel da USP no panorama cultural de São Paulo?

R: A USP é a melhor universidade do Brasil, e ela tem um papel muito importante no campo científico. A Universidade tem, na minha opinião, um desafio e um risco para o futuro: o desafio é como evitar a sua elitização, e nesse sentido as ações que ela toma no sentido de se expandir,

de se ligar à sociedade em que ela está inserida são no sentido de se evitar essa elitização. O risco que ela tem é de como evitar uma tentação mercantilista ao se abrir para a sociedade, tentação essa que colocaria seu nível de excelência em risco. Esse é o desafio que a USP terá que enfrentar no futuro, mas tenho certeza que ela encontrará uma solução.

P: Qual sua visão sobre a USP e sobre a FFLCH no ano em que ambas completam 70 anos?

R: Digamos que ela é uma jovem senhora. Setenta anos é uma idade em que normalmente as pessoas estão pensando em descansar, mas a USP não pára nunca. Ela está na idade da sabedoria, e está sempre se reciclando, sempre se interrogando. Eu acho que é isso que mantém a USP viva. Ela está madura e jovem, porque ela perde aquela inquietação juvenil de estar sempre questionando o que acontece ao seu redor e dentro dela.

P: Quando a senhora foi aluna, teve algum contato com a USP?

R: Eu fui aluna da GV, mas participei ativamente do movimento estudantil, e por isso tive um grande contato com a USP. Participei de várias assembleias no campus e me lembro que participei da constituição do DCE-Livre da USP e das eleições. Eu tive muito contato com a FFLCH nessa época, no meio da década de 70, quando houve um ressurgimento do movimento estudantil no Brasil.



ESPAÇO MEMÓRIA

ENTREVISTA COM EMILIA VIOTTI DA COSTA

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



Professora do Departamento de História da FFLCH, foi aposentada compulsoriamente pelo AI-5, em 1969. Recebeu o título de Emérita em 2002.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professora, gostaria que a senhora me falasse um pouco sobre sua formação acadêmica.

Emilia Viotti da Costa: Minha formação acadêmica deu-se

inteiramente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, exceto pelo curso de especialização, feito na França. Na Ecole Pratique des Hautes Études, Quinta Secção da Sorbonne. Naquela época, a Faculdade oferecia os cursos de Geografia e História aos alunos, e depois de formada optei pela História.

Fiz minha especialização 1 ano no Brasil e 1 ano na França, onde estudei com Emile Labrousse, Charles

Morazé e George Gurvitch; terminei o curso em 1954.

DCS: Como era a Faculdade quando a senhora foi aluna?

EVC: Nós tivemos aulas na Escola Caetano de Campos, na Praça da República e no prédio da rua Maria Antônia. Cheguei a dar aulas no prédio da Escola Caetano Campos, onde estivemos instalados temporariamente no 3º andar.

Os cursos de História e Geografia mudaram-se para o prédio atual do Departamento de História na Cidade Universitária nos anos de 1966 ou 1967, período conturbado da história da Faculdade. O curso de Ciências Sociais estava instalado naquele prédio também, enquanto o seu era construído.

Lembro-me que meu gabinete ficava em frente ao do Florestan Fernandes.

DCS: Sua turma tinha quantos alunos?

EVC: Quando entrei na Faculdade minha turma tinha mais ou menos uns 15 alunos. Dois ou três anos depois já havia 30 alunos por sala. Quando fui aposentada em 1969, as salas de aula já tinham 100 alunos.

DCS: Havia um grande número de mulheres nos cursos?

EVC: Dependia dos departamentos. Em alguns departamentos, como era o caso das ciências exatas, havia um número majoritário de homens. Em Letras e História havia um número maior de mulheres. Nas Ciências Sociais o número era mais ou menos equivalente.

DCS: A senhora teve aulas com os professores estrangeiros?

EVC: Eu tive aulas com professores brasileiros, discípulos dos professores estrangeiros que aqui estiveram nas décadas de 30 e 40.

Havia ainda uns poucos professores estrangeiros que vinham para cá ministrar alguns cursos, como Philippe Wolf de História Medieval, Pierre Gourou e Louis Papy de Geografia Humana, Emile Leonard de História Moderna, cujas aulas assisti, mas minha geração foi bem menos exposta aos professores estrangeiros do que a geração anterior. Outros professores franceses vieram mais tarde, como Jean Glenisson, de quem fui assistente, e Frederic Mauro.

DCS: Quando aluna, a senhora participava de algum movimento estudantil?

EVC: É preciso conhecer bem a História do Brasil para entender o que aconteceu naqueles anos. Eu freqüentei a USP durante o governo Dutra. Quando terminei a Faculdade, em

1951 ou 1952, Vargas tinha iniciado seu segundo mandato como Presidente. Em 1953 fui para Paris, e quando voltei, em 1954, recebi no navio a notícia do suicídio de Vargas.

Eu pertencço a uma geração que foi criada durante o período Vargas, que abrange toda minha infância e parte da minha adolescência. É preciso entender quais eram os parâmetros políticos que as pessoas tinham naquela época. Primeiro, um grande número de pessoas achava que ditadura era muito ruim, e a maioria tinha uma posição democrática.

Havia, no entanto, grande interesse pelas sociedades socialistas e pelo processo de desenvolvimento brasileiro. O principal objetivo da minha geração era o desenvolvimento do país e a busca da sua independência e autonomia. Esse era o clima ideológico do momento.

Essa tendência perdurou até o governo de João Goulart, quando a sociedade brasileira se radicalizou.

Em 1964, o Exército brasileiro derrubou o governo Goulart e a Universidade e os alunos se sentiram chamados a responder a esse golpe. Muitas pessoas decidiram não participar, mas eu achava que os professores da Universidade tinham a obrigação de dar informações à comunidade sobre o que estava acontecendo.

Tive uma participação grande na Reforma Universitária. Fiz várias conferências a respeito e coordenei abaixo-assinados encaminhados a Câmara dos Deputados, em defesa da Escola Pública. Pertenci a uma organização de professores filiados às várias unidades da Universidade de São Paulo que acompanhavam a Reforma Universitária. Havia projetos alternativos sendo estudados nas Faculdades de Medicina, Engenharia, Direito, Arquitetura. Eu estava encarregada de coordená-los afim de que pudéssemos encaminhar ao governo um projeto de reforma da Universidade que nascera das bases.

Isso nunca aconteceu porque todos os estudos que chegaram às minhas mãos foram destruídos durante a repressão.

DCS: Os professores tratavam de política dentro das salas de aula?

EVC: Não, nem eu tratei de política dentro da sala de aula. Havia uma separação bem definida entre o mundo político e o mundo acadêmico. Não havia nenhuma intervenção política na sala de aula, nem quando fui aluna, nem quando fui professora. Claro que a maneira de ensinar História era influenciada pela ideologia do professor, mas ainda assim na sala de aula o que se ensinava era História. Havia, no entanto, discussões e debates sobre a Reforma Universitária e os problemas brasileiros fora das horas de aula.

DCS: Como era a organização política dos alunos?

EVC: Os alunos eram muito bem organizados; havia o Centro Acadêmico de História, que estava vinculado ao Grêmio da FFCL. Tratava-se de uma organização muito ativa, que contava com programas de cinema, artes, palestras, etc, para estimular a convivência entre os alunos dos diversos departamentos.

DCS: Eu gostaria de saber qual foi a reação da Faculdade ao golpe de 64?

EVC: A Faculdade estava dividida; havia pessoas favoráveis ao golpe e pessoas contrárias ao golpe, que tinham apoiado as reformas do João Goulart.

Havia um grupo de assistentes e professores, liderados pelo Fernando Henrique Cardoso, que era favorável às reformas. O golpe de 64 interrompeu esse processo e fez com que aquelas propostas fossem deixadas de lado.

O golpe foi um choque para nós, que participávamos do grupo favorável às reformas. Houve um grande número de prisões e alguns professores, como o Cruz Costa, da Filosofia, e o Florestan Fernandes, de Ciências Sociais, Mário Schemberg da Física, foram obrigados a depor nos Inquéritos policiais-militares (IPMs). Vários políticos tiveram seus direitos políticos cassados e alguns professores foram afastados de seus cargos. Eu continuei a ensinar na Faculdade de Filosofia até 1969. Naquele momento, era quase impossível permanecer indiferente à política nacional. A Universidade e todos os alunos estavam mobilizados. Os que não queriam participar ficavam em casa e não vinham à Faculdade.

Em 1968, eu era a livre-docente mais nova da Faculdade. O Diretor da FFCL, professor Eurípedes Simões de Paula, me indicou para ministrar a aula inaugural da Faculdade de Filosofia naquele ano. Fiquei pensando qual seria o tema que poderia interessar a um público tão diversificado, que incluía alunos dos vários departamentos: física, química, matemática, ciências biológicas, história, geografia, letras, ciências sociais e filosofia. Depois de muito pensar cheguei à conclusão de que um tema interessante para todos seria *A crise da Universidade*. Essa conferência foi publicada numa revista que o Grêmio da FFCL patrocinava.

O texto passou a ser divulgado e citado em documentos estudantis daquela época. Passei a ser convidada a fazer conferências sobre esse tema em diversas faculdades do interior. Atribuo minha aposentadoria a esse fato, pois eu era vista como alguém que estava contra a Reforma Universitária proposta pelo Governo. Cheguei a discutir num

programa da Televisão Cultura com o Ministro de Educação, Tarso Dutra, a proposta de Reforma do Governo, e lá comigo estava também o hoje Ministro da Casa Civil, José Dirceu, líder estudantil naquela época.

DCS: A senhora estava na Faculdade no dia do incidente com o Mackenzie?

EVC: Não, eu não estava. Nessa época, meus filhos eram muito pequenos, e eu estava em casa tomando conta deles. Fiquei sabendo depois que havia um grupo dentro do Mackenzie, chamado de Comando de Caça aos Comunistas, que havia atacado os alunos da Faculdade de Filosofia, e que estes haviam revidado.

Em 1968 foi publicado o famoso Ato Institucional 5, que cassou diversos professores da USP, entre eles eu, Fernando Henrique Cardoso, Bento Prado, Otávio Ianni, e outros.

DCS: O Governo possuía espões na Faculdade?

EVC: Sim. Em anos anteriores, a Faculdade havia sido invadida por “alunos”, que na verdade eram espões do Governo. Houve um caso de um capitão que se encantou por uma aluna casada, mas como ela não correspondeu às suas investidas, ele a indiciou em um IPM (Inquérito Policial Militar). Por acaso, ela foi incluída no mesmo IPM em que eu estava.

DCS: A senhora foi presa dentro da Cidade Universitária?

EVC: Não, mas vários alunos foram presos. Alguns colegas meus foram presos nessa época e, em 1969, quando o David Rockefeller veio ao Brasil, os militares, provavelmente com medo de que fosse feita alguma denúncia sobre violação de direitos humanos, detiveram por três dias várias pessoas, entre eles Octavio Ianni e eu.

Foi nessa época que decidi aceitar um convite do Michael Hall, (atualmente professor da Unicamp), para lecionar na Universidade de Toulaine em New Orleans. Aceitei a proposta e fiquei 6 meses naquela Universidade. Foi um período bastante difícil, porque embora conhecesse a língua inglesa, não tinha prática nenhuma em falar inglês.

Enquanto isso, eu havia sido absolvida no Brasil pelo corpo de juizes da auditoria, mas o promotor apelou para o Tribunal Federal. Voltei ao Brasil em 1971, e decidi ir ao Rio para assistir à última sessão do meu julgamento, no qual também estava sendo julgado o neto do General Lott e aquela aluna que havia sido indiciada no mesmo IPM que eu.

Houve uma coisa muito engraçada no julgamento. O juiz, ao se referir a mim e à aluna, trocou nossas identidades.

Ele disse “Emilia Viotti teve um bebê”, e eu pensei comigo mesma que isso acontecera há muitos anos. Quem de fato tivera um bebê era a Caetana. E depois ele acrescentou “E Caetana (a aluna), já foi aposentada”. E ele dizia tudo isso muito sério. Terminou pedindo mercê para mim porque havia tido um bebê, e para a aluna, porque ela já havia sido aposentada do cargo que tinha na Universidade.

Em 1972, eu aceitei outro convite para ser professora nos Estados Unidos, desta vez na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign.

DCS: Por que a senhora não quis retornar à USP em 1979, quando foi dada a oportunidade para os professores cassados retornarem à Universidade?

EVC: Eu estava nos Estados Unidos havia 7 anos e tinha acabado de receber o meu visto de residência e a minha *tenure* (estabilidade) depois de muita luta. Foi uma época

de grande sofrimento. O visto de residência demorou muito tempo para ser concedido. No dia em que o Serviço de Imigração Federal me concedeu o visto, a secção de Connecticut estava me deportando para o Brasil.

O mais correto teria sido voltar, mas eu estava com um emprego fixo na Universidade de Yale, o que me permitia dar aulas na Universidade até quando eu quisesse, já que lá não existe aposentadoria compulsória; e tinha começado a vida nova com meu atual marido. Isso me levou a decidir por minha permanência nos Estados Unidos.

DCS: Como a senhora se sentiu ao receber o título de professor emérito?

EVC: Considerei o título uma homenagem à toda aquela geração da qual eu fiz parte, todos aqueles que foram injustiçados e perseguidos, e que tiveram seu trabalho impedido de forma violenta. O próprio Reitor confirmou que o título era uma homenagem àquela geração.

ENTREVISTA COM LEYLA PERRONE-MOISÉS

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM

PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



Professora aposentada da área de Francês do Departamento de Letras Modernas, recebeu o título de Emérita em 1998. É uma das mais conceituadas críticas literárias do país.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professora, qual sua formação acadêmica?

Leyla Perrone-Moisés: Sou formada em letras neolatinas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e comecei meu curso em 1954.

DCS: Qual era o ambiente da Faculdade nesse tempo?

LPM: A Faculdade era relativamente calma na década de 50, os chamados “anos dourados” da sociedade brasileira. Nossas manifestações eram pacíficas e centradas nos problemas da Faculdade, como a questão da autonomia universitária.

DCS: Como a senhora via a relação entre os diversos cursos dentro da Faculdade?

LPM: Havia um contato real e uma verdadeira confraterni-

zação entre os diversos cursos, das diferentes áreas do conhecimento. O Grêmio da Faculdade era culturalmente ativo e era através dele que se dava grande parte do contato entre os alunos. As discussões culturais e políticas dentro do Grêmio eram tão importantes quanto as discussões nos corredores e nas salas de aula. Esse espaço não se limitava a ser uma lanchonete ou ponto de distribuição de informações sobre festas, ele tinha uma vida cultural. O Grêmio tinha, por exemplo, um cineclube muito ativo, onde eu mesma assisti a obras-primas do cinema; havia um jornal em que eu publiquei meus primeiros textos.

Eu fui designada Diretora do Departamento de Publicidade do Grêmio, o que na verdade era apenas o local onde se faziam cartazes. Como eu era pintora, na minha juventude, eu cuidava de cartazes para a Faculdade de Filosofia. Nossos cartazes eram sempre muito caprichados, porque nós estávamos sempre concorrendo com os cartazes da FAU, que ficava na Rua Maranhão. O contato entre a FAU, que tinha uma vida cultural muito intensa também, e a Faculdade de Filosofia era muito grande. Do meu tempo de aluna, guardo mais lembranças do Grêmio do que dos cursos.

DCS: A senhora acha que a localização da Faculdade de Filosofia era importante para atrair pessoas de fora para a vida cultural da Faculdade?

LPM: Sem dúvida, porque a vida cultural de São Paulo acontecia naquele quadrilátero que ficava ao redor da Biblioteca Municipal, que compreendia a própria Biblioteca; o Museu de Arte de São Paulo, que era na 7 de Abril; a Aliança Francesa; e os bares onde os intelectuais da época reuniam-se para discutir. Tudo isso era a dois passos da Maria Antonia, e havia vasos comunicantes entre esse quadrilátero e a Faculdade de Filosofia.

DCS: A senhora participava de algum partido político?

LPM: Não, eu não participei de nenhum partido político durante o meu tempo de graduação. Eu freqüentei um pouco as reuniões da Juventude Universitária Católica e participei de algumas manifestações, como a pela autonomia universitária, uma causa que, bem mais tarde, foi vitoriosa.

DCS: Sua pós-graduação foi em que área?

LPM: Naquele tempo não existia pós-graduação, mas especialização. Minha especialização foi dupla, em literatura francesa e em literatura portuguesa. Como não existia a pós-graduação que existe hoje, com todo o sistema de créditos, a pessoa tinha que produzir teses para continuar sua carreira.

DCS: Em que ano a senhora começou a dar aulas na Faculdade de Filosofia?

LPM: Eu voltei para a Faculdade dez anos após minha licenciatura, porque após formada eu fui dar aulas de literatura francesa na Universidade Católica, na Faculdade Sedes Sapientiae, que depois foi anexada à PUC, e tive uma pequena passagem como professora de literatura portuguesa no Mackenzie.

Em 1970, o titular de literatura francesa, professor Albert Audubert, me chamou para dar aulas na FFLCH. Desde meus 20 anos, eu colaborava no “Suplemento Literário” do jornal *O Estado de São Paulo*, dirigido na época pelo Décio de Almeida Prado. Eu era responsável por uma coluna intitulada “Letras Francesas”, e foi após ter lido meus artigos que o professor Audubert resolveu me convidar para ser professora do curso de francês. Queria dizer que ele me chamou para o curso sem me conhecer pessoalmente; ele apenas conhecia meus textos. Ao contrário de outros jovens professores da época, eu não fui apadrinhada por ninguém dentro da Faculdade, uma das razões pela qual fui dar aulas em outra faculdade quando me formei. Eu digo isso sem me vangloriar, mas porque é a verdade.

Como aluna, eu era um pouco negligente com o curso de língua e literatura francesa que eu cursava na Faculdade de Filosofia, porque, de certa forma, eu já era formada em língua e literatura francesa pela Aliança Francesa. No meu último ano, tive nota 5 em francês, o que mostra meu pouco interesse no curso. Os cursos que me marcaram durante a graduação foram o de Latim, do professor Sallum, o de Filologia Românica, do professor Maurer, e o de literatura portuguesa, do professor Soares Amora. Mas o curso de francês em si não me deixou grandes marcas.

Voltando à questão do porquê de ter voltado para a FFLCH, eu fiquei um ano e meio dando aula de graça, porque os recursos eram muito escassos naquele tempo. Nesse período continuei dando aulas na PUC e no curso secundário. O tempo integral era raro nesse tempo, e eu só consegui me tornar professora com tempo integral quando me tornei livre-docente em 1975.

Em 1972, sem tempo para preparar minha tese de livre-docência, eu pedi uma bolsa para a Fapesp, aconselhada pelo professor Antonio Candido, e passei 2 anos na França, onde tive a oportunidade de trabalhar exclusivamente na minha tese. Nesses anos, freqüentei, entre outros, os cursos de Roland Barthes na École Pratique des Hautes Études.

DCS: Quando a senhora voltou para a Faculdade em 1970, os cursos já estavam na Cidade Universitária?

LPM: Sim, estávamos nos barracões, instalações precárias. O campus era um descampado só naquele tempo, lembrando um pouco as fotos de Brasília no início da construção da cidade. O clima político era terrível, em plenos anos de chumbo da ditadura, e eu me lembro que os próprios alunos cuidavam da segurança nas aulas. Houve ocasiões em que manifestei minha opinião contrária ao regime, e me lembro de alunos dizendo “Cuidado professora, porque nós não estamos entre nós”. Por isso, eu sabia que naquele momento havia na sala pessoas ligadas à ditadura ou simpatizantes dela.

DCS: A senhora participou de manifestações estudantis ou de professores nos anos 70?

LPM: Sim, participei. Posso te dizer que me lembro da discussão sobre a retomada do CRUSP pelos estudantes e das discussões dos professores de Letras sobre o que fazer a partir daquele momento, já que não tínhamos mais um prédio próprio. Na verdade, isso foi uma luta casada, pois os alunos queriam ter seu espaço de moradia de volta, e nós queríamos um prédio nosso. Mas, de certa forma, os estudantes eram mais ativos do que nós, e foram eles que preci-

pitaram nossa mudança e a construção do nosso prédio.

DCS: A Faculdade estava dividida durante o regime militar?

LPM: A Congregação estava, e isso podia ser visto na localização dos grupos que pensavam da mesma maneira, dentro do Salão Nobre. A divisão era clara, pois havia um grupo de professores que defendia o poder dos professores titulares e outro que defendia a democratização dos órgãos de decisão da Faculdade, a transparência nos cursos, etc.

DCS: A senhora chegou a ser chefe do Departamento de Letras Modernas, não é?

LPM: Sim, nos anos 80. O regimento ainda era extremamente rígido nesse tempo e só permitia que professores com titulação de livre-docente para cima pudessem ser chefes de departamento. No DLM, que tinha então 79 docentes, havia apenas 3 ou 4 titulares que se revezavam na Chefia. Mas havia um grande número de professores que queriam participar das decisões do Departamento e desejavam a instituição de reuniões plenárias.

Como eu era livre-docente nessa época, eu meio que fui empurrada para a Chefia do DLM pelos meus colegas, e então instituí as plenárias, em que todos os membros do departamento participavam. Procurei conciliar o regulamento ainda vigente e as mudanças que nós desejávamos. Antes de serem votadas pelo Conselho, as decisões eram debatidas por quem quisesse tomar a palavra. Aí houve colegas descontentes, ligados ao antigo sistema de poder dos catedráticos, que entraram com uma representação na Reitoria contra minhas atividades na Chefia. Nessa época, o Diretor da Faculdade era o professor Ruy Coelho, democrata desde sempre, e a expressão que ele usava quando problemas desse

tipo chegavam ao Conselho Inter-Departamental era “Vamos ver como vamos contornar isso”. Ainda havia resquícios de autoritarismo dentro da USP e era melhor procurar outras maneiras de lidar com ele do que a confrontação direta.

O resultado, para mim, de toda essa disputa política dentro do DLM foi que eu tive uma gastrite, que meu médico caracterizou como “gastrite departamental”.

DCS: Quando a senhora se aposentou?

LPM: Eu me aposentei em 1988. Logo que me aposentei, fui dar aulas de literatura brasileira e portuguesa na França, na Sorbonne, onde permaneci por 2 anos.

DCS: Como foi receber o título de professora emérita da Faculdade de Filosofia?

LPM: Eu me senti muito honrada, como qualquer outra pessoa que recebe um título dessa natureza. Mas me senti muito emocionada pela indicação ao título ter partido dos meus colegas mais jovens do DLM, e tudo isso foi uma espécie de conseqüência daqueles anos em que fui Chefe de departamento. Como chefe, eu lutei não só pela democratização do departamento, mas lutei também para que o departamento tivesse uma produção acadêmica importante. Ao mesmo tempo em que eu procurei ser uma chefe de departamento democrática, eu cobrava bastante dos professores, para que eles se dedicassem mais à produção científica. Eu mandava muitas cartas circulares para os colegas, às vezes bastante duras, cobrando deles pesquisa acadêmica e publicações. E, quando fui indicada para esse título, percebi que não havia nenhum rancor por parte dos colegas em relação a essas atitudes que tomei quando Chefe do DLM. Atualmente, os professores do DLM têm uma excelente produção científica.

*TRECHOS DO DISCURSO DA PROFESSORA
MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ,
QUANDO DA ENTREGA DE SEU TÍTULO DE PROFESSORA EMÉRITA*

Formada em Ciências Sociais pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi a primeira professora a receber o título de Professor Emérito da FFLCH, em 1990. Foi por muitos anos diretora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP. No lugar de uma entrevista, o INFORME

publica alguns trechos de seu discurso proferido no dia da entrega de seu título de Professora Emérita.

Pertenço às turmas que se sucederam na USP nos primeiros 15 anos de sua vida. Nela ingressar, não me resenti dessa alteração fundamental em hábitos que geralmente

marca a penetração em ambientes desconhecidos. A então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em cujo Departamento de Ciências Sociais estava entrando, encontrava-se ainda no 3º andar do Instituto de Educação Caetano de Campos, que freqüentara desde os 4 anos de idade; o belo prédio de seu Jardim da Infância, infelizmente derrubado, foi a primeira escola que me acolheu e, durante 15 anos minhas idas e vindas pela Praça da República, continuaram constantes: primário, ginásio, curso normal.

A estranheza surgiu quando foram solicitados os primeiros trabalhos de aproveitamento: uma pesquisa teórica – “A Sociologia de Augusto Comte”; uma pesquisa de observação direta com seu respectivo relatório, sobre a Congregação Cristã do Brasil, seita protestante sediada no Brás. Foi então que me dei conta de que penetrara noutra nível de raciocínio e de exigências, num outro nível intelectual.

Os dois trabalhos citados constituem exemplos do que então se demandava dos estudantes: compreensão em profundidade dos textos lidos, com dissertação que comprovasse as operações do espírito e redundasse em conclusões fundamentadas; exercício de técnica sociológica para aprender e captar o real, seguido de relatório claro e detalhado. O curso se iniciava, pois, exercitando duas vertentes em que nos especializaríamos durante 4 anos: a reflexão teórica; a coleta de material e sua análise. A tônica do curso apontava, assim, para a formação do cientista e do pesquisador.

Tal orientação desviava-se dos objetivos primordiais que os fundadores desde o início tinham querido imprimir à Universidade de São Paulo e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, consistindo na melhoria do nível de conhecimentos das classes dirigentes nacionais e na formação de um viveiro de mestres para o ensino secundário, o qual padecia de professores devidamente especializados. O objetivo era, pois, antes de mais nada, utilitário. A formação de cientistas aparecia como um produto que, embora não desdenhado, não constituía o alvo principal. Para os 10 integrantes de minha classe, a finalidade última não podia deixar de ser modesta: o ingresso no magistério secundário através de concurso, organizado havia pouco tempo. Única universidade existente então no Estado (no país existia mais uma, a Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro), seus cargos e funções docentes estavam já preenchidos, sendo difícil a obtenção de verbas suplementares para a ampliação dos quadros.

Durante os anos do curso, perdurou uma crise universitária que suscitava debates e medidas corretivas, e que datava já de épocas anteriores: a falta de alunos que pre-

enchessem devidamente as salas de aula. Já em 1937, para saná-la, havia a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, permitindo o ingresso de professores primários que o desejassem. Houve de início um povoamento que, no entanto, não durou, porque as exigências do curso afastavam muitos dos que haviam tentado a aventura. Em meu segundo ano de Faculdade, novamente as portas desta se abriram, agora para estudantes de Direito, e as salas de Ciências Sociais e Filosofia se encheram; porém o êxito foi breve e, pelas mesmas razões, os futuros advogados desertaram nossa Faculdade.

O estilo impresso na Faculdade de Filosofia e na Universidade de São Paulo, embora não sendo o pretendido no início, em sua fundação, persistiu como orientação vitoriosa: o esforço para a ampliação do saber sem atentar sobremaneira para a aplicação imediata dos resultados e visando principalmente o desenvolvimento da ciência. A presença de professores europeus foi sem dúvida responsável por ele e, já em 1948, dava seus frutos: a organização da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

(...)

Na década de 60, a Faculdade de Filosofia, que há muito tempo deixara o arvoredo da Praça da República pelo bulício da rua Maria Antonia, deparava-se com nova crise, totalmente oposta à das primeiras décadas de sua existência: não precisava mais lutar para conseguir alunos, a luta era agora para ampliar as vagas. Sua primeira iniciativa foi a abertura do curso noturno, que, no entanto, não foi adotado por todas as faculdades; a de Filosofia, Ciências e Letras foi uma das que o implantou. Seguindo sempre o rumo de limitar os gastos, os professores existentes foram encarregados de ambos os períodos. Não era atentado então para o prejuízo que advinha para o bom desenvolvimento das pesquisas, uma vez que os docentes eram ao mesmo tempo pesquisadores e agora recebiam uma outra carga; apenas se pretendia, num momento em que a USP era ainda quase a única universidade no Estado, formar maior quantidade de profissionais com um mínimo de despesas.

(...)

Na rua Maria Antonia, a Faculdade de Filosofia se defrontava com uma entidade particular de ensino antiga e de renome, que encerrava cursos superiores – o Mackenzie. A oposição entre as duas instituições espelhava-se na orientação dada às respectivas disciplinas; o espírito prático americano dominava no Mackenzie e contrapunha-se ao espírito europeu, crítico e científico, da Faculdade de Filosofia. Socialmente falando, a separação era também

marcada: a USP, com sua gratuidade, abria possibilidades para várias faixas da população, mesmo as de recursos modestos; as anuidades do Mackenzie limitavam o ingresso aos pertencentes às camadas de nível econômico elevado. O desforço ocorrido entre elas em 1968 foi nova demonstração de tais divergências, agora se expressando também no plano político. A luta desigual obrigou a Faculdade de Filosofia a buscar refúgio na Cidade Universitária.

No entanto, a instalação não era imposta unicamente

pelas circunstâncias políticas do momento; resultava também do desenvolvimento da Faculdade, que seguia o da USP, requisitando espaços cada vez mais amplos para suas atividades. A pujança da USP espelha-se hoje no surgimento de instalações mais e mais numerosas, compondo verdadeira cidadela do saber. Quem sabe a construção da Academia de Polícia, fora de seus domínios, mas à sua porta, constituiria uma forma de defendê-la? Ou não seria antes maneira fácil de aprisionar seus ocupantes?

DEPOIMENTO DE PAULA BEIGUELMAN



Professora do Departamento de Ciência Política da FFLCH, Paula Beiguelman foi aposentada compulsoriamente pelo AI-5 em 1969. Recebeu o título de Emérita em 2003. No lugar de sua entrevista, o INFORME publica um depoimento coloquial escrito pela professora.

Depoimento coloquial para os 70 anos da FFLCH

1. INGRESSO NA UNIVERSIDADE

Quando terminava o curso no Ginásio do Estado de Santos, cidade onde vivia com meus pais e meu irmão, atualmente renomado cientista, despertou em mim a vontade de continuar os estudos em São Paulo.

Por essa ocasião, conheci uma moça bem informada que me falou sobre Sociologia, observando que nessa área haveria mais possibilidade de aprovação para alguém que, como eu, se apresentaria sem ter cursado colegial ou pré-universitário. Essa conselheira até me recomendou a leitura de um livro com noções preliminares sobre a matéria.

Os professores do Ginásio, que me apreciavam por haver eu sido sempre a primeira aluna da classe, preferiam que a escolha recaísse sobre Matemática, por exemplo. Mas continuavam a apoiar-me e até generosamente se propunham a cotizar-se (à nossa revelia) para que minha família pudesse manter-me na Capital.

E assim, levada pela minha mãe, sempre muito valente e corajosa, preenchi os necessários documentos e realizamos minha inscrição na Faculdade de Filosofia. Era a nossa primeira ida a São Paulo.

O vestibular correu bem, pois a matéria teórica requerida

fazia parte do meu currículo escolar.

Aliás, a relação dos examinadores com os candidatos, que não eram muitos, era envolta em grande simpatia; não se tratava, como iria ocorrer posteriormente nos vestibulares universitários, de forçar cortes, devido à escassez de vagas.

Cito como exemplo o meu próprio exame. Pelo fato de ser eu de Santos, o Prof. Roger Bastide me fez uma pergunta referente ao porto — algo sobre combustíveis, se não me engano. Diante da perplexidade manifestada pela adolescente miúda sentada à sua frente, o compreensivo professor apenas comentou para a banca: “ela vai aprender tudo isso mais tarde”.

O professor estava certo. Uma vez aprovada, eu não tardava a solicitar a companhia de meu pai para uma pesquisa sobre os moradores do morro, que resultou no artigo intitulado *Morros Santistas*. Ou seja, iniciava o processo de aprendizado pelo qual vim a conhecer o significado da própria área de estudo para qual me havia encaminhado.

2. ESTUDANDO NA FACULDADE

Eram tempos de solidariedade.

Preocupada (como meus professores de Santos) com o problema econômico da minha manutenção no pensionato onde passei a residir, tomei uma iniciativa que só a desenvoltura da pouca idade explica. Dirigi-me à Diretoria e, perante um grupo de professores reunidos, expliquei a minha situação. Queria trabalhar em um serviço remunerado, na Secretaria.

Perguntaram-me que área estava cursando. Quando respondi Ciências Sociais, percebi um relance de dúvida

quanto à viabilidade profissional, como era comum nessa época. Mas a questão imediata a ser levada em conta era outra. E a resposta foi inesperada e emocionante: “Vamos oferecer-lhe uma coisa melhor do que aquilo que pede. Você ganhará uma bolsa”.

E de fato, com a bolsa de estudos que me permitia pagar o pensionato e, suplementarmente, um cafezinho por dia após as aulas, freqüentei o meu curso de Ciências Sociais até o fim.

Tínhamos curso com alguns professores franceses como Roger Bastide, já mencionado, Paul Arbousse-Bastide, Pierre Monbeig, Jean Maugué e vários outros.

Sentíamos dificuldade para acompanhar as exposições em francês, principalmente no começo.

Mas felizmente minha classe contava com o auxílio de uma professora querida, Gioconda Mussolini, assistente do Prof. Emilio Willems e formada numa das primeiras turmas.

Gioconda assistia as aulas conosco e, quando soltava sua simpática risada, ficávamos sabendo que o professor havia dito (em francês) algo engraçado. Mas o mais importante era que ela tomava apontamentos que, em seguida, repassava para nós, acrescentando oralmente as explicações necessárias. Grande antropóloga e grande figura humana!

No meu caso particular, aproveitava especialmente as aulas do Prof. Lourival Gomes Machado, que havia sido assistente do Prof. Arbousse-Bastide. O curso que ministrou sobre Rousseau me causou um impacto enriquecedor, que se refletiu na prova escrita, elogiada pelo professor.

Uma vez licenciada, prestei concurso para o Departamento do Serviço Público, sendo classificada em primeiro lugar. Algum tempo depois, solicitei transferência para o Departamento de Estatística, onde me beneficiei da orientação do Dr. Afonso de Toledo Piza.

3. PRESENÇA DE MULHERES NA FACULDADE

A presença das mulheres era expressiva na área de Ciências Sociais e na Faculdade em geral; talvez devido à licenciatura para o magistério, profissão à qual as mulheres se encaminhavam preferencialmente.

4. MARIA ANTÔNIA

Já colocada no serviço público, eu não deixava de visitar minha escola, na Rua Maria Antônia. Numa dessas visitas, o Prof. Lourival Gomes Machado levantou a possibilidade de ser eu comissionada para a Faculdade, a fim de trabalhar na cadeira de Política, que ele regia. Mais tar-

de, se regularizaria minha situação como assistente, o que de fato aconteceu.

A Faculdade da Maria Antônia, da qual todos falam com carinho, era um núcleo de muita efervescência intelectual e política, como é sabido. Quanto a mim, minha carreira profissional universitária decorreu em essência toda lá; ou quase toda, se considerarmos um ou outro curso assistido na Escola de Sociologia e Política.

Como colaboradora do Prof. Lourival Gomes Machado, dirigi a cadeira de Política por alguns anos, tempo em que o titular se encontrava na Europa, a serviço da Unesco. Além de me ocupar dos cursos regulares de graduação, orientei também vários outros de pós-graduação.

Os livros Formação Política do Brasil, Formação do Povo no Complexo Cafeeiro, Pequenos Estudos de Ciência Política são dessa época, bem como o levantamento de dados sobre o movimento operário.

5. OS ACONTECIMENTOS DE 1968 E 1969

O setor da Faculdade de Filosofia da USP, na época sediado na Rua Maria Antônia, tinha se transformado num centro dinâmico de discussão democrática, com estudantes e professores estimulados pela crescente confraternização com trabalhadores e artistas.

Não estava descartada a repressão. Mas os estudantes contavam com os cuidados de professores dispostos a se expor para barrar, por exemplo, a invasão policial a pretexto de desalojá-los; ou a utilizar suas imunidades (bem relativas) para, em peregrinação pelo DOPS ou demais repartições policiais, localizar o presidente do centro acadêmico ou algum outro estudante cuja falta se percebesse, o que já tornava possível proporcionar-lhes o respaldo de um advogado.

E então, nos dias 2 e 3 de outubro de 1968, elementos do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) passaram a promover provocações contra os estudantes da Faculdade de Filosofia, até que revidassem.

O caso é que o prédio da Rua Maria Antônia, tornado emblemático pela resistência que abrigava, acabou transformando-se em alvo de bombas, contra ele lançadas sem cessar.

Cinco professores (eu, inclusive) que haviam permanecido com os estudantes no prédio ameaçado de incêndio, zelando pelo patrimônio público, foram levados em camburão para o DOPS. Nossa permanência no Presídio Tiradentes só não se estendeu devido às gestões da direção da Faculdade. Mesmo assim, antes de sermos declarados em liberdade, fomos reconduzidos ao DOPS, para

interrogatório e fichamento.

Mais tarde, no dia 29 de abril de 1969, o governador Abreu Sodré era surpreendido com a invasão da sua órbita administrativa pelo expurgo, através do AI-5, de cerca de vinte professores da Universidade de São Paulo, eu inclusive.

Todos esses fatos estão relatados no meu livro O pingo de azeite: a instauração da ditadura, Editora Perspectiva, 1994.

6. MUDANÇA PARA A CIDADE UNIVERSITÁRIA

Imediatamente em seguida aos incidentes de outubro de 1968, o prédio da Rua Maria Antônia,

situado praticamente no centro da Capital, foi desativado, sendo os cursos que ali funcionavam transferidos para a Cidade Universitária, rapidamente e em condições precárias.

7. ATIVIDADES DURANTE O AFASTAMENTO COMPULSÓRIO PELO AI-5

Foram várias minhas atividades nesse período.

Fiz algumas viagens curtas, mas importantes para mim.

Descobri e estudei a obra do insigne jurista e cientista social Dr. Osny Duarte Pereira que viria a ser o grande assessor da Constituinte na elaboração da Carta de 1988 e que me honrou com sua amizade intelectual e pessoal.

Acompanhei o preparo da 2ª edição de meus livros Pequenos estudos de Ciência Política, Formação Política do Brasil e Formação do Povo no Complexo Cafeeiro, sendo este último premiado. Esse mesmo livro encontra-se atu-

almente no prelo da Edusp, para uma 3ª edição.

Também concluí a elaboração do trabalho sobre o movimento operário, que intitulei Os companheiros de São Paulo. Edimilson Bizelli, que voltara do Chile escapando do inferno pós-Allende, entregou o texto a uma editora amiga e o prefaciou. O sucesso desse livro foi desvanecedor. No ano retrasado (2002), foi publicada pela Cortez Editora uma 3ª edição ampliada, com o título Os companheiros de São Paulo: ontem e hoje.

No plano pessoal, conheci durante a atividade política a pessoa com a qual constituí uma família, principalmente ao trazer ele para nossa casa e seus dois filhos pequenos que, tornados adultos, já me deram netos. A união com meu companheiro durou dezessete anos — até a morte dele.

8. ANISTIA E RETORNO. APOSENTADORIA

Voltei à Faculdade com a anistia, sendo recebida com muito carinho. Entretanto, retomado o contato, percebi que prosseguindo a atividade didática não iria dar conta de ocupar-me do acompanhamento analítico dos problemas políticos da atualidade, além de outros projetos, como pretendia.

Achei que seria melhor optar pelo encerramento do trabalho didático formal na Universidade, mantidos evidentemente os vínculos.

No dia 22 de maio de 2003 recebi o honroso título de professora emérita da Faculdade.

Atualmente sou também vice-presidente dos Escritores no Estado de São Paulo.

ENTREVISTA COM RIFKA BERESIN

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

Professora aposentada do curso de Hebraico do Departamento de Letras Orientais, a professora Rifka Beresin é a entrevistada desse mês da Seção de Entrevistas.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professora, eu gostaria que a senhora me falasse um pouco sobre sua formação acadêmica.

Rifka Beresin: Eu cursei Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da USP e me formei em 1955. O curso de Ciências

Sociais tinha características muito diferentes no início dos anos 50, especialmente quanto ao número de alunos, que era bem reduzido.

Os professores catedráticos de Sociologia I eram o Fernando de Azevedo, e seus assistentes era Antonio Candido e Florestan Fernandes; e Roger Bastide, e sua assistente era Gilda de Mello e Souza. O curso de Política era ministrado pelo professor Lourival Gomes Machado, e sua assistente era a Paula Beiguelman. Antropologia era

dada pelo professor Emilio Williems e pela Gioconda Mussolini. Tratava-se de um curso muito interessante, muito intensivo, com muitas leituras e muitos diálogos.

Naquele tempo, os alunos de um curso tinham mais contato com os outros alunos da Faculdade. Nós, de Ciências Sociais, por exemplo, tínhamos História da Filosofia com os alunos do curso de Filosofia.

DCS: Havia na Faculdade discriminação contra as mulheres naquela época?

RB: No curso de Ciências Sociais não. Eram pessoas com uma mentalidade muito avançada e o número de homens era um pouco maior que o de mulheres.

DCS: A senhora participava do movimento político-estudantil?

RB: Naquela época de estudante, mais ou menos. Eu frequentava o Partido Socialista, que tinha sede na Praça da Sé, e participava das atividades do Grêmio da Faculdade.

DCS: Como era a Faculdade naquele tempo?

RB: As aulas já eram na Maria Antonia e, pelo fato de serem poucos alunos, havia um relacionamento maior, mais interesse político por parte dos alunos e a convivência com os professores era muito grande, ao ponto deles saberem os nomes de todos os seus alunos.

DCS: Como foi sua pós-graduação?

RB: Eu trabalhava com educação naquela época, e por isso meu primeiro mestrado foi nessa área: Orientação educacional na Faculdade de Educação com estágio no Colégio de Aplicação. Nesse mesmo tempo, devido aos meus conhecimentos em língua hebraica (era formada no Seminário para professores de Hebraico na cidade de São Paulo), eu fui convidada a ensinar no curso de hebraico da Faculdade, criado em 1963, como os demais cursos do Departamento de Letras Orientais. Eu decidi então fazer um novo curso de pós-graduação, com o professor Antonio Candido, que já estava dirigindo o curso de Teoria Literária e Literatura Comparada.

DCS: Isso foi em que ano?

RB: Eu comecei a ensinar no curso de Hebraico em 1966 e ingressei na pós-graduação de Teoria Literária em 1967. O professor Antonio Candido tinha um procedimento muito interessante: ele enviava os alunos de Letras para cursarem uma disciplina nas Ciências Sociais, e os outros alunos, como eu, de Ciências Sociais, para cursarem uma disciplina nas Letras. O Antonio Candido, junto com o Pau-

lo Emilio Sales Gomes, introduziu também o curso de cinema, dado pelo Paulo Emilio.

Mais tarde, eu optei por dar ênfase à língua hebraica nas minhas demais teses.

DCS: Como eram os cursos de Orientais na época?

RB: Os cursos de Orientais tinham muitos problemas. Além de problemas estruturais, eles tinham problemas no sentido didático, já que era a primeira vez que ia se ensinar esses cursos em nível universitário no Brasil. No caso do Hebraico, havia uma rede de escolas judaicas onde se ensinava o idioma, mas não havia livros didáticos para dar aulas em nível universitário, por exemplo. Eu decidi então me dedicar a essa questão e, junto com um grupo de professores universitários, criamos o Centro de Estudos Judaicos, na década de 70. Nós estávamos preocupados com o currículo do curso e com material didático, e desenvolveu-se um trabalho de tradução e publicação de livros de temática judaica na década de 70.

DCS: A senhora participou dos acontecimentos de 68?

RB: Eu particularmente não tive participação direta na guerra com o Mackenzie, mas participei das reuniões e assembleias já na cidade universitária.

DCS: Como foi a mudança para a Cidade Universitária?

RB: Quando fomos expulsos da Maria Antonia, ficamos instalados no prédio de História e Geografia. Eram tempos horríveis, pois as salas de aula eram constantemente invadidas por policiais pedindo documentos e falava-se de “alunos espíões”. O curso de Hebraico tinha, entre seus alunos, muitos dominicanos, que eram visados pelos militares. Vários desses alunos de repente sumiam e voltavam dias ou meses depois e alguns nunca voltaram. Uma cena que eu não esqueço foi na ocasião em que o prédio de História foi invadido e evacuado e todos os alunos desceram a rampa do prédio, em fila indiana, com as mãos na cabeça.

Depois de sair do prédio de História, nós passamos pelos barracões, onde hoje está o Instituto de Psicologia, e fomos então instalados nos prédios do Crusp, mais tarde passamos para as salas de aula nos prédios das Colméias. Nosso prédio atual só foi construído anos depois.

DCS: Gostaria que a senhora me falasse um pouco sobre aquela greve de 1979.

RB: O Governador naquela época era o Paulo Maluf e a Universidade tinha um número muito grande de problemas. A greve foi capitaneada pela Faculdade de Filosofia e pela

Adusp, nós consideramos essa greve um marco histórico, porque a partir dela houve também discussões sobre reformulação curricular e divisão da Faculdade. Essa greve também representou a retomada da mobilização política por parte dos professores e alunos e a discussão de projetos referentes à democratização das nossas instituições e, em continuação, a luta por essas inovações.

DCS: Eu queria saber sobre aquele movimento de quase separação da Faculdade no final dos anos 80.

RB: Esse assunto já vinha de longa data. Nos anos 70, houve uma massificação dos cursos da Faculdade e a Faculdade precisava de reformas estruturais para acompanhar essa mudança.

Nós, de Letras, tínhamos a idéia de incluir nos nossos cursos disciplinas dos outros cursos da Faculdade, como Antropologia, Sociologia, entre outras. Nós víamos uma ligação entre as várias áreas da Faculdade, por isso, principalmente, os professores de Letras eram favoráveis à manutenção da unidade. Eu fiz parte desse grupo e o ponto fundamental que nós defendíamos era a intensificação dessa interdisciplinariedade, tanto no ensino como nas pesquisas. Já o outro grupo, sem querer desmerecer ninguém, estava mais preocupado com os problemas de organização e crescimento. Eles lutaram por isso, e as Ciências Sociais até se adiantou a essa “divisão”, ao criar os departamentos de Ciência Política, Sociologia e Antropologia.

A Faculdade estava meio que dividida entre a união, nas Letras, e a divisão, nas Ciências Sociais, mas na verdade em todos os departamentos havia gente pendendo para as duas idéias. Nas Letras, havia professores que acreditavam que como nós éramos a maioria, deveríamos ter uma unidade própria, já mesmo sendo a maioria, nós não recebíamos a maior parte das verbas da Faculdade, e assim por diante. Tanto um grupo quanto o outro tinham críticas muito grandes quanto à organização da FFLCH. O nosso grupo, que era a favor da unidade, achava que esse problema de organização não era causado pelo tamanho. Havia necessidade de reorganização. O outro grupo atribuía esse problema ao gigantismo da Faculdade.

Esse grupo tinha suas razões, porque inúmeras reuniões da Comissão de Graduação, por exemplo, da qual eu fiz parte, eram tomadas pelas discussões infundáveis de processos e mais processos e problemas de alunos, o que não deixava espaço para a discussão dos projetos que nós tínhamos em mente, como por exemplo a livre circulação de qualquer aluno da Faculdade pelas disciplinas de outros departamentos e uma revisão do currículo.

Nas reuniões do nosso grupo, nós sempre levantávamos a necessidade de se pensar numa nova maneira de organização da Faculdade. E foram elaborados vários estudos sobre uma nova organização e formas de direção.

Os colegas favoráveis à divisão também afirmavam que, se a Faculdade fosse dividida, a área de Humanas teria mais representantes no Conselho Universitário. Eu fui representante da Faculdade no Conselho Universitário e sabia que as Humanas estão muito pouco representadas naquele órgão, fato que levou o grupo da divisão a levantar a idéia de que, com a divisão, as Humanas teriam um número maior de representantes no Conselho. No entanto, eu notei que a Faculdade de Filosofia tinha sua força no Conselho Universitário, o que talvez não fosse acontecer com os institutos isolados que iriam se formar após a divisão.

Essa questão da divisão não pode ser caracterizada como uma “luta” entre a área de Letras e as demais áreas da Faculdade. A grosso modo, pode-se afirmar que era um embate entre Ciências Sociais e Letras e as demais áreas. Quando teve a votação final para verificar se a Faculdade iria se dividir ou não, a proposta da união teve o número maior de votos. Mas nós não achamos que foi uma vitória, porque não foram postos em prática os projetos que o nosso grupo da união tinha elaborado.

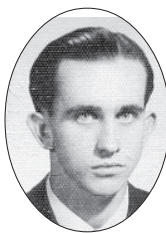
DCS: A senhora se lembra de um problema que houve na Faculdade sobre uma verba do BID?

RB: Na gestão do professor João Alexandre Barbosa, a Faculdade de Filosofia recebeu uma verba do BID para pesquisa e, após a apresentação de projetos por parte dos departamentos, o Departamento de Letras Orientais teve o seu projeto escolhido para o recebimento da verba. Isso levou os docentes de outros departamentos a afirmarem que o DLO não estava à altura de representar a Faculdade e que era um erro a verba ser destinada ao nosso departamento. É verdade que o DLO era um departamento relativamente novo, sem tradição no nosso meio e que nem sequer tinha pós-graduação. Mas nós nos esforçamos para superar as deficiências e atingir o nível de excelência da Faculdade. Graças à imparcialidade e firmeza do professor João Alexandre, essa verba foi atribuída ao DLO e foi muito bem aplicada na ida de professores para a realização de pesquisas no exterior e de um grande Congresso Internacional, que teve repercussão dentro e fora da Universidade. E, principalmente, porque, a partir deste trabalho, foram criados alguns programas de pós-graduação nas áreas de Hebraico, Russo e Árabe. O Departamento atingiu os objetivos propostos e representou com dignidade a FFLCH.

SEÇÃO DE FOTOS



PROFESSOR
EMÉRITO BORIS
CHNAIDERMAN
DLO



PROFESSOR EMÉRITO
SEGISMUNDO SPINA
DLCV



PROFESSOR EMÉRITO
JOSÉ ADERALDO
CASTELLO
DLCV



Prof. Dr. José
Miguel Wisnik
DLCV

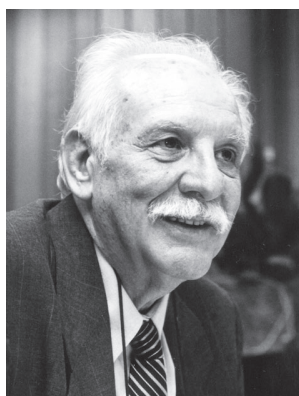


Participe da seção de fotos:

Mande uma carta para o SDI (prédio da administração — sala 121) ou e-mail (di@usp.br) dizendo quem é a Professora Aposentada do DLO.

EVENTO

DISCURSO PROFERIDO PELO MAGNÍFICO REITOR, PROF. DR. ADOLPHO JOSÉ MELFI, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO EM COMEMORAÇÃO AOS 70 ANOS DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.



Esta Sessão Solene do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo marca o início de uma série de eventos que ocorrerão durante todo o ano de 2004 e que foram cuidadosamente organizados com o objetivo de comemorar condignamente os 70 anos de existência da USP.

Além de representar um momento oportuno para rememorar os fatos históricos que definiram e orientaram toda

a sua vitoriosa trajetória, é também e, principalmente, um momento de reflexão, onde a análise crítica sobre o passado deve estar associada a uma reflexão do futuro, balizada pelos processos históricos, econômicos e sociais, responsáveis pelo presente.

Hoje é um dia duplamente significativo para a nossa comunidade, pois, além de festejarmos o aniversário de nossa Universidade, estamos igualmente comemorando os 450 anos de São Paulo, cidade que a acolheu e que a viu florescer.

A história da USP, como se costuma dizer, confunde-se com a própria vida da cidade. Diríamos mais, ela se con-

funde ainda com a vida do Estado de São Paulo e é inegável a sua importância dentro da trajetória do próprio país, desde a sua criação, naquele distante 25 de janeiro de 1934.

Como de conhecimento geral, a Universidade de São Paulo nasceu num contexto particular da História Brasileira, nos anos trinta do século XX. Foi um período muito especial, pois, durante essa década, o Brasil viveu duas revoluções, a de 1930 e a de 1932; uma Constituinte que deu ao país, em 1934, uma nova Constituição; viveu ainda dois momentos políticos especiais, com os movimentos comunista e integralista, e acabou com um golpe de Estado, em 1937.

Nos seus setenta anos, a USP, no entanto, seja como vanguarda ou resistência, participou de situações muito peculiares de nossa História mais recente, como, por exemplo, a redemocratização de 1946, que duraria até o golpe de 1964, quando se iniciou uma nova ditadura, agora militar – os chamados anos de chumbo - e nos quais ela sofreria grandes perdas com as “aposentadorias” (entre aspas) de professores e funcionários e ainda com a “fiscalização” quase diária das salas de aula, com a presença dos chamados “alunos especiais”. Aos professores não exilados ou ‘aposentados’, coube a dura tarefa de conviver com as situações muito específicas daqueles momentos, mas foi a forma sempre muito criativa e de resistência que permitiu que a Instituição se mantivesse sempre na vanguarda da produção científica e cultural.

Nunca é demais relembrar o momento histórico de sua fundação, fato que marcaria de forma indelével a sua trajetória.

A vida de São Paulo no começo da década de 30 era de efervescência. Malograda a Revolução Constitucionalista de 1932, vivia-se a frustração e a humilhação do Estado derrotado e, naqueles momentos de exaltação, ficaram registradas as palavras de Júlio de Mesquita Filho: “que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras à Independência e da Regência à República, do que a Universidade?”.

Para esse projeto político, existia um projeto científico-cultural, claramente definido na fundamentação do Decreto de sua criação, assinado por Armando de Salles Oliveira, Interventor Federal do Estado de São Paulo. Dizia o decreto:

- “Considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

- Considerando que somente por seus institutos de investi-

gação científica de altos estudos, de cultura livre e desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, e de seus destinos;

- Considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário que ofereça oportunidades a todos e processe a seleção dos mais capazes;
- Considerando que em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, e Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão,

Decreto:

Art. 1º - Fica criada com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

Art. 2º - São fins da Universidade: a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres”.

Nesse ato de fundação, encontram-se todos os germens do que viria a ser a nossa Universidade e, não menos verdade, do que seria, a partir daí, o paradigma do ensino superior em todo o Brasil nos anos que se seguiram, e em que o modelo adotado pela USP não apenas frutificou, mas foi decisivo para mudar a face de ensino, pesquisa e extensão – que são os três pilares sobre os quais se assenta a vida de toda instituição universitária digna desse nome.

No cerne de todo o processo esteve a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ao redor dessa célula mater se desenvolveria a vida universitária por excelência, com sua permanente ebulição de idéias e de novidades nos mais variados ramos do saber.

É verdade que, bem antes do decreto, já se notabilizavam a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, entre outras. Mas foi a criação da Faculdade de Filosofia que levou à mudança do panorama intelectual e científico, em primeiro lugar da cidade, e depois do Estado de São Paulo.

Hoje, é possível dizer-se, sem medo de errar, que a

motivação fundamental da Faculdade de Filosofia foi insistir no entrelaçamento do ensino e da pesquisa. Tal fato, na atualidade, parece-nos óbvio, mas na época em que ela foi criada constituiu uma verdadeira inovação. Dominava ainda, no início dos anos 30, a idéia defendida pela maioria dos formuladores de nossa política educacional superior de que produzir ciência era atividade para países ricos, e que países como o nosso deveriam voltar-se para a formação de engenheiros, médicos e advogados e importar ciência na medida exata de nossas necessidades.

Essa verdadeira novidade no campo intelectual, como se sabe, só foi possível graças à chegada das chamadas “missões estrangeiras” que, importando mestres de quilate de países como França, Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, espanaram, como se diz, a cultura livresca encravada em nossa sociedade, voltando seu trabalho para uma compreensão verdadeira da realidade brasileira, até aquela época razoavelmente preterida. Não mencionaremos aqui nomes daqueles ilustres mestres fundadores, estrangeiros ou nacionais, para não incorrerem em esquecimento desse ou daquele docente fundamental para a vida de uma USP que começava a mudar a nossa realidade.

Deveu-se, portanto às missões estrangeiras o que poderíamos chamar de “empurrão” inicial para o Brasil superar-se e começar a vislumbrar patamares científicos internacionais.

Ao lado disso, é preciso dizer que o próprio Estado de São Paulo crescia economicamente, recebendo imigrantes de todos os quadrantes do mundo, implantando ferrovias que se estendiam para o interior – ajudando a geração de futuras capitais regionais -, desenvolvendo um importante parque industrial, e possuindo uma cidade que já renunciava o seu futuro de grande metrópole.

Esclareça-se, contudo, que a história da USP não se restringe apenas à cidade de São Paulo. Ela é mais ampla e alcançou de forma harmoniosa e importante o interior do Estado de São Paulo. Hoje, ela possui campi nas cidades de Piracicaba, Pirassununga, Bauru, Ribeirão Preto e, São Carlos, que já conta com um segundo campus.

A vida universitária, gerada num Estado em crescimento, trouxe de pronto um desenvolvimento incomum. A importância da USP para o Estado de São Paulo é um fato incontestável, sendo mesmo possível afirmar que ela promoveu uma verdadeira revolução não apenas nos costumes, mas ainda cultural.

Fazendo uma reflexão histórica, só podemos nos orgu-

lhar de nossas raízes e de nossas lutas. Como Reitor, posso afirmar que elas continuam, e continuarão, uma vez que são fatos indiscutíveis a expansão da Universidade e o seu padrão de qualidade alcançado.

Entretanto, a USP não é só história. Ao completar 70 anos de existência, a instituição continua cumprindo integralmente sua proposta de Universidade Pública, sem jamais perder seu foco, que é o de promover a pesquisa e o progresso da ciência, transmitir conhecimentos que enriquecem ou desenvolvem o espírito e formar especialistas em todos os ramos da cultura e em todas as profissões de base científica ou artística.

Para manter a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão em um universo de mais de 200 cursos de graduação e de 519 cursos de pós-graduação, distribuídos em 37 unidades de ensino e pesquisa, 6 institutos especializados, 4 hospitais e 5 museus, contando com 72.867 alunos, um corpo docente de quase 5.000 professores e cerca de 15.000 funcionários, técnicos e administrativos, foi necessário concentrar as atividades em uma administração e uma rede de comunicação eficientes. Permeiam o planejamento dessa estrutura as prefeituras dos campi universitários, a reitoria, as pró-reitorias, o Conselho Universitário e os órgãos centrais e de serviço. E o elo de ligação entre o público interno e externo se faz por meio da integração de todas as mídias oficiais: Rádio USP, TV USP, Agência USP, USP online, Jornal da USP, Revista da USP.

Essa organização complexa apresenta indicadores de desempenho que demonstram sua excelência em todas as atividades-fim. Os rankings oficiais ou não oficiais confirmam a excepcional qualidade de nossos cursos de graduação, o mesmo sendo válido para a pós-graduação, segmento onde nossa Universidade tanto tem se destacado.

Com seus 30.313 alunos matriculados em seus programas de mestrado e doutorado, a USP é o maior centro de formação de doutores da América Latina, doutores estes que irão, não somente alavancar o ensino nas universidades públicas e particulares, como também se transformar nos principais agentes do desenvolvimento científico e tecnológico de nosso país.

Na pesquisa científica são numerosos os exemplos que atestam a sua qualificação. Hoje, a USP responde por mais de 25% de toda a produção nacional e sua qualidade é ressaltada não só no país, mas, sobretudo, no exterior, sendo cada vez mais freqüentes as citações de trabalhos científicos aqui executados em periódicos internacionais.

Atualmente, de cada 250 descobertas importantes realizadas no mundo, uma foi concluída na USP. Nas atividades de pesquisa básica ou aplicada e de prestação de serviços, a USP se mantém na vanguarda, com exemplos significativos em diferentes áreas do conhecimento. A título de ilustração, é possível citar-se as estratégias de vacinação, que possibilitaram à Secretaria da Saúde do Estado economizar milhões de dólares; a realização do primeiro transplante de medula para tratamento de diabetes tipo I; a fabricação de pastilha para monitorar a infestação de centros citricultores por praga; o desenvolvimento da vacina gênica contra a tuberculose e da vacina anti-diarreia infantil; a contribuição para a exploração de petróleo em águas profundas; o procedimento de purificação que permitiu o primeiro transplante de ilhotas pancreáticas da América Latina; a identificação dos pontos frágeis no código genético do *Schistosoma manzoni*; o desenvolvimento da técnica de terapia fotodinâmica para tratamento de câncer de pele; e o processo de produção de biodiesel, entre outros. Em muitas áreas do conhecimento, suas pesquisas possibilitaram a libertação do país da dependência estrangeira, como, por exemplo, o domínio das tecnologias de produção do aço, nos anos 40, os transplantes de órgãos, a partir da década de 60 e a indústria civil de grande porte, na década de 70.

Mais um fato relevante a destacar é a importância crescente da atuação da USP em atividades culturais e de extensão universitária, que promovem uma forte integração com a comunidade fora dos quadros formais de ensino e de pesquisa. Essas atividades atingem hoje um público muito elevado, englobando um leque de ações que reúne desde exposições consagradas nos diferentes museus da USP, hoje fazendo parte do cenário cultural da cidade, apresentações das orquestras de Câmara e Sinfônica, atividades da Estação Ciência e do Centro Maria Antônia, à prestação de serviços na área da Saúde e até a transferência de conhecimento científico e tecnológico. Essas ações envolvem ainda um grande número de programas de apoio a professores do ensino fundamental e médio, de apoio aos segmentos demográficos excluídos, que são progressivamente integrados através de processos educacionais, ou mesmo de valorização da população idosa a partir da Universidade Aberta à Terceira Idade.

Por meio dessas atividades culturais e de extensão a USP vem procurando aprofundar a sua interação com a cidade de São Paulo, fazendo-se presente em várias de suas regiões, e intensificando os laços que unem os cen-

tros onde se localizam seus campi, de forma a contribuir para o desenvolvimento de um território paulista cada vez mais cultural e cientificamente integrado.

Não obstante os indicadores positivos, que apontam para a excelência das atividades aqui desenvolvidas e que evidenciam a importância sócio-econômica de nossa universidade para o país, a USP, assim como, de um modo geral, todas as Universidades Públicas, continuam sendo alvos de críticas emanadas de setores governamentais que, mesmo sendo geralmente, injustas, vêm, na maior parte dos casos, criando um ambiente preocupante e desestimulante no seio da comunidade acadêmica, que, no longo prazo, poderá trazer conseqüências nefastas para o ensino público superior.

De forma sistemática, vem sendo passada para a sociedade a imagem de uma universidade elitista, que discrimina os segmentos mais pobres de nossa população, para atender somente aos 10% mais ricos, assim como a imagem de uma universidade cara, cujo alto custeio é responsável pela redução substancial dos recursos necessários para o apoio mais efetivo ao ensino fundamental e médio. No documento - "Gasto Social do Governo Central 2001-2002" -, técnicos do Ministério da Fazenda condenam os gastos com as universidades federais, por entenderem que elas privilegiam a parcela mais rica da população, propondo sua redução e ao mesmo tempo a ampliação do crédito educativo, que financia o pagamento de mensalidades em escolas particulares.

Além das afirmações contidas no documento não serem totalmente verdadeiras, pois dados recentes do IBGE mostram que nas Universidades Públicas 38% de seus alunos vêm de famílias com renda "per capita" inferior a dois salários mínimos e que existem muito mais estudantes ricos matriculados em escolas particulares, é importante ressaltar que a função das Universidades Públicas é muito mais ampla do que somente o ensino de graduação. Concordo plenamente com o reitor da UNICAMP, Brito Cruz, que em matéria publicada no jornal "O Estado de São Paulo", edição de 18/01/2004, afirma ser severamente míope o argumento apresentado nesse documento do Governo Federal ao defender a tese de que a função social da universidade seja somente a de beneficiar aqueles que a freqüentam, ignorando a contribuição decisiva das Universidades Públicas para o desenvolvimento da nação, na tecnologia, na ciência, na cultura e nas artes.

Entretanto, existe um real desafio que as Universida-

des Públicas terão que enfrentar. Trata-se da expansão de vagas em seus cursos de graduação, pois a ampliação do ensino médio tem levado à formação de um número, cada vez mais expressivo de jovens, em condições de prestar exames vestibulares para ingresso nessas universidades, que sabidamente oferecem vagas em número insuficiente.

Contando, desde 2001, com o apoio do Governo do Estado, a palavra que vem norteando os rumos da USP, tem sido a "expansão". Atentos à crescente demanda de vagas e de novas opções profissionais - e tendo sempre em mente a geração de conhecimento como meta - foi dado início a um grande projeto de criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos existentes.

Nesses últimos três anos, o número de vagas na USP saltou de 7.175 para 8.547, representando um aumento de 19,1%, sendo que, parte delas foi criada nos cursos noturnos, onde o crescimento atingiu 35%. Por outro lado, foram criados 29 novos cursos voltados para a formação de profissionais em áreas cuja demanda tem-se mostrado forte, como por exemplo: Física Médica, Engenharia Aeronáutica, Engenharia Ambiental, Engenharia de Alimentos, Relações Internacionais, Informática Biomédica, Nutrição e Metabolismo entre outros.

Adicionalmente, não poderia deixar de enfatizar o excepcional trabalho, que vem sendo realizado por membros de nossa comunidade, para que a chamada USP Leste, o segundo campus da capital, seja entregue a uma população de pelo menos 4 milhões e meio de pessoas, ainda no final deste ano que se inicia.

Na verdade, a USP Leste, projeto que conta, igualmente, com o apoio decisivo do Governo do Estado, é um trabalho de especial cuidado para com a cidade de São Paulo, talvez o ponto alto deste septuagésimo aniversário da Uni-

versidade. Este novo campus, a ser implantado em área disponibilizada no chamado Parque Ecológico do Tietê, terá cursos em diferentes áreas do saber, reunidos em uma única unidade de ensino e pesquisa, e que numa primeira etapa oferecerá cerca de 1.500 vagas de graduação, distribuídas em dois períodos, diurno e noturno, com turmas de 60 alunos por classe.

Na implantação desses cursos será adotada a mesma premissa básica que orienta a vida de toda a Universidade: manter o padrão USP de qualidade acadêmica no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Isso significa instituir cursos de graduação plenos, de alto nível, com sólida base científica e cultural e, ao mesmo tempo, guardando sintonia fina com as novas exigências sociais e profissionais do país e, certamente, da Zona Leste em particular.

Posso assegurar-lhes que haverá uma forte interação da nova Unidade com as comunidades da Zona Leste. Além das atividades culturais e esportivas, serão desenvolvidos vários programas de extensão, como cursos de aperfeiçoamento e projetos de pesquisa direcionados para a solução de problemas locais.

Enfim, hoje ao completar 70 anos, encontramos nossa Universidade jovem e dinâmica, como nos anos 30, crescendo e se expandindo em todas suas atividades - e procurando atender, da melhor maneira possível, as demandas sempre crescentes de nossa sociedade.

Como Reitor, posso dizer que a USP persegue e continuará perseguindo constantemente o ideal da Universidade Pública, e que presta, diariamente, contas à sociedade que a ampara e a mantém.

Muito obrigado.

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — USP

N. 9 — março/2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
SDI — SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO — RUA DO LAGO, 717
CIDADE UNIVERSITÁRIA — CEP 05508-900
TELFAX: 3091-4612 — FONE: 3091-4938



O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/ Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: informe@usp.br